



Serpro

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Sumário

Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações dos Resultados.....	4
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	5
Demonstrações dos Valores Adicionados.....	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
1. Contexto operacional	8
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras	9
3. Políticas contábeis e correção de erros	12
4. Caixa e equivalentes de caixa	13
5. Clientes	15
6. Créditos diversos	17
7. Despesas Antecipadas.....	17
8. Ativo mantido para venda.....	17
9. Imobilizado.....	18
10. Intangível.....	19
11. Consignações	19
12. Obrigações a pagar.....	20
13. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas.....	20
14. Participação nos lucros ou resultados.....	20
15. Dividendos e Juros sobre capital próprio.....	20
16. Créditos tributários – Ativo Circulante.....	20
17. Tributos e encargos sociais – Passivo Circulante	21
18. Obrigações tributárias – Passivo Não Circulante.....	21
19. Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais.....	22
20. Benefícios a empregados.....	26
21. Arrendamento.....	35
22. Patrimônio líquido.....	37
23. Resultado do exercício.....	39
24. Partes relacionadas	49
25. Outras notas explicativas	54
26. Cobertura de seguros.....	56
27. Condições específicas do Serpro	56

Balancos Patrimoniais

em R\$ mil

Ativo	NE	Dez/2025	Dez/2024
Circulante		3.675.940	3.120.617
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.523.497	1.924.576
Créditos a receber		1.081.449	1.175.562
Clientes	5	786.156	811.358
Créditos tributários	16	191.781	235.463
Ressarcimento de pessoal	24.2.3	55.303	54.374
Créditos diversos a receber	6	48.209	74.367
Outros Ativos		90	348
Ativos mantidos para venda	8	20.131	20.131
Despesas Antecipadas	7	50.773	0
Não Circulante		2.969.540	1.808.210
Realizável a longo prazo		903.075	910.354
Depósitos judiciais e recursais	19	376.162	419.620
Ressarcimento de pessoal	24.2.3	290.725	277.972
Créditos tributários diferidos	23.5.4	106.379	90.259
Créditos realizáveis a longo prazo	11	129.766	122.179
Outros ativos		43	324
Investimento		228	988
Imobilizado	9	1.996.815	817.478
Bens Móveis		671.224	638.953
Bens Imóveis		202.336	178.525
Bens Arrendados	21	1.123.255	0
Intangível	10	69.422	79.390
Total do Ativo		6.645.480	4.928.827

Passivo	NE	Dez/2025	Dez/2024
Circulante		1.671.512	1.229.876
Consignações	11	106.318	81.133
Tributos e encargos sociais	17	120.335	98.460
Depósitos diversas origens		1.158	2.252
Obrigações a pagar		1.127.743	1.048.031
Fornecedores	12	409.619	391.306
Pessoal	13	470.594	430.752
Benefícios a empregados	20.1	15.544	15.200
Participação nos lucros ou resultados	14	46.241	43.043
Juros sobre capital próprio	15	179.619	163.237
Outras obrigações		6.126	4.493
Arrendamentos a Curto Prazo	21	315.958	0
Não Circulante		1.910.964	971.052
Obrigações tributárias	18	67.943	59.646
Provisões trabalhistas, cíveis, admin e fiscais	19	770.467	666.897
Benefícios pós-emprego	20.2	298.866	244.013
Outras obrigações		496	496
Arrendamentos a Longo Prazo	21	773.192	0
Patrimônio Líquido		3.063.004	2.727.899
Capital		1.786.196	1.786.196
Reservas		1.261.989	915.072
Reservas de reavaliação	22	89.717	90.877
Reservas de lucros	22	200.483	162.730
Reservas de retenção	22	971.789	432.933
Dividendos adicionais propostos	22	0	228.532
Outros resultados abrangentes	22	14.819	26.631
Lucros/Prejuízos acumulados		0	0
Total do Passivo		6.645.480	4.928.827

Demonstrações dos Resultados

em R\$ mil

	NE	Dez/2025	Dez/2024
Receita operacional líquida	23.2	4.739.080	3.925.711
Custo dos serviços prestados	23.3.1	(2.424.083)	(2.033.467)
Lucro bruto		2.314.997	1.892.244
Despesas/Receitas operacionais		(1.700.064)	(1.281.078)
Despesas com vendas	23.3.2	(112.237)	(85.610)
Despesas gerais e administrativas	23.3.2	(1.586.812)	(1.213.944)
Perdas Líquidas com créditos a receber	23.3.2	3.911	40.340
Outras despesas e receitas operacionais	23.3.2	(4.926)	(21.864)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		614.933	611.166
Resultado financeiro líquido		242.893	183.994
Receitas financeiras	23.4	326.127	211.902
Despesas financeiras	23.4	(83.234)	(27.908)
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		857.826	795.160
Imposto de renda e contribuição social		(102.758)	(110.002)
Correntes	23.5.1	(116.745)	(17.817)
Diferidos	23.5.4	13.987	(92.185)
Lucro líquido do exercício		755.068	685.158

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

em R\$ mil

	Dez/2025	Dez/2024
Resultado Líquido do Período	755.068	685.156
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	(11.813)	419.644
Ajustes de Instrumentos Financeiros	(760)	(51)
Tributos Diferidos sobre instrumentos financeiros	238	0
Passivo Atuarial - EFPC Serpros	0	540.079
Tributos Diferidos sobre EFPC Serpros	(87)	(75.135)
Passivo Atuarial - PAS/Serpro	(14.759)	(44.516)
Tributos Diferidos sobre PAS/Serpro	2.205	7.429
Passivo Atuarial - Programa de Demissão	1.574	(9.538)
Tributos Diferidos sobre Programa de Demissão	(224)	1.376
Resultado Abrangente no Período	743.255	1.104.800

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em R\$ mil

Atividades Operacionais	Dez/2025	Dez/2024
Lucro antes da tributação do IR e CS	857.826	795.158
Depreciação e amortização	330.191	227.237
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.591	(40.340)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	89.573	(18.985)
Provisões benefício pós-emprego	41.668	44.405
Resultado de <i>softwares</i> desenvolvidos	(7.099)	(1.938)
Resultado Receita a Faturar (CPC 47)	(32.114)	(7.738)
Receitas Financeiras	(7.587)	(8.120)
Resultado com provisões administrativas da imunidade tributária	100.130	120.493
Juros e variações cambiais de arrendamento	8.052	0
Provisão para perda esperada com outros créditos	12.502	0
Resultado na alienação e baixa de imobilizado	4.892	21.812
Lucro ajustado	1.406.625	1.131.984
Variação em ativos e passivos operacionais	17.534	(704.372)
Contas a Receber	54.637	(159.699)
Pessoal a Pagar	41.143	59.181
Fornecedores	20.553	107.127
Provisões administrativas da imunidade tributária	(103.091)	(529.298)
Outras variações do imobilizado	(13.674)	(65.972)
Outras variações patrimoniais	17.966	(115.711)
Obrigações tributárias, liquidas	(743)	(64.724)
Depósitos Judiciais e Recursais	43.458	(2.040)
Ativos Mantidos para Venda	0	(18.470)
Despesas antecipadas e outros	(24.749)	(30.477)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(30.887)	(79.739)
Juros Pagos	9.425	6.657
Caixa Líquido proveniente das atividades operacionais	1.402.697	354.530
Imobilizado	(260.105)	(125.912)
Intangível	(12.419)	(15.632)
Caixa Líquido proveniente das atividades de investimentos	(272.524)	(141.544)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(401.194)	(263.598)
Arrendamentos	(130.058)	0
Caixa Líquido proveniente das atividades de financiamentos	(531.252)	(263.598)
Variação de caixa e equivalentes de caixa no período	598.921	(50.612)
Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa	1.924.576	1.975.185
Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa	2.523.497	1.924.573

Demonstrações dos Valores Adicionados

Geração do Valor Adicionado	Dez/2025	Dez/2024
Receitas	5.208.125	4.413.875
Receita Operacional Bruta	5.391.012	4.458.139
Resultado com créditos a receber	3.911	40.340
Descontos Concedidos	(1.861)	(3.003)
Vendas Canceladas	(184.937)	(81.601)
Outros valores (AEA e Realiz. Reservas)	0	0
Insumos adquiridos de terceiros	(977.116)	(764.900)
Valor adicionado bruto	4.231.009	3.648.975
Retenções	(516.887)	(285.794)
Depreciações e Amortizações	(330.191)	(227.237)
Resultados com Ações Judiciais	(186.696)	(58.557)
Valor adicionado líquido	3.714.122	3.363.181
Recebido de terceiros	326.127	211.902
Valor adicionado total a distribuir	4.040.249	3.575.083
Distribuição do valor adicionado	Dez/2025	Dez/2024
Empregados (Salários, Encargos, Benefícios)	2.386.597	2.161.740
Governo (Impostos e Contribuições)	790.998	670.845
Capitais de Terceiros	107.585	57.342
Capitais de Próprio	755.069	685.156
Dividendos e JCP anterior ano atual	179.619	163.237
Dividendos Adicionais Propostos	0	228.532
Demais valores - Realização da Reserva	(1.160)	(2.049)
Lucros Retidos	576.610	295.436
Valor adicionado total distribuído	4.040.249	3.575.083

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em R\$ mil

	Capital	Reavaliação	Legal	Retenção	Divid. Adic.	Acumulados	Abrangentes	Líquido
Saldo em 31 de dez/2023	1.786.196	92.926	128.472	321.636	0	-	(393.012)	1.936.218
Lucros/Prejuízos Líquidos	0	0	0	0	0	685.156	0	685.156
Dividendos adicionais requeridos	0	0	0	(149.882)	0	0	0	(149.882)
Realização de Res. de reavaliação	0	(2.049)	0	0	0	2.049	0	0
Constituição de reservas	0	0	34.258	261.179	0	(295.437)	0	0
Dividendos e JCP Creditados	0	0	0	0	0	(163.236)	0	(163.236)
Dividendos adic. Propostos	0	0	0	0	228.532	(228.532)	0	0
Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	419.644	419.644
Saldo em 31 de Dez/2024	1.786.196	90.877	162.730	432.933	228.532	0	26.632	2.727.899

	Capital	Reservas			Divid. Adic.	Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção				
Saldo em 31 de dez/2024	1.786.196	90.877	162.730	432.933	228.532	0	26.631	2.727.899
Lucro Líquido do Exercício	0	0	0	0	0	755.068	0	755.068
Realização de Res. de Reavaliação	0	(1.160)	0	0	0	1.160	0	0
Constituição de reservas	0	0	37.753	538.856	0	(576.609)	0	0
Dividendos e JCP Creditados	0	0	0	0	0	(179.619)	0	(179.619)
Dividendos adic. Propostos pagos	0	0	0	0	(228.532)	0	0	(228.532)
Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	(11.812)	(11.812)
Saldo em 31 de Dez/2025	1.786.196	89.717	200.483	971.789	0	0	14.819	3.063.004

1. Contexto operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) é Empresa Pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília/DF. Foi criada pela Lei nº 4.516/1964, regida pela Lei nº 5.615/1970 e, de forma suplementar, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016. Além desses, o SERPRO mantém seu Estatuto Social vigente e demais normativos legais que lhe forem cabíveis atualizados.

Suas infraestruturas possuem tecnologia de ponta, que interconecta todas as regiões do país. A capacidade tecnológica e ampla experiência no mercado proporcionam desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal.

Os serviços oferecidos aos setores público e privado incluem inteligência em tecnologia da informação capazes de trazer segurança para o ambiente de negócios do país. Para tanto, o SERPRO está alinhado com a privacidade e a proteção de dados do cidadão, e se manifesta contra o uso indevido e não autorizado. Dessa forma, tem como premissa ser referência no atendimento aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O propósito do SERPRO é prover soluções inteligentes para transformação e inclusão digital. A visão empresarial é de construir o melhor Governo Digital para o cidadão. É o protagonista da transformação digital no Brasil, mantendo estreita relação com a Estratégia de Governo Digital. Este direcionamento norteia a inovação do Governo brasileiro por meio de tecnologias digitais inteligentes, e visa oferecer Políticas Públicas e serviços de qualidade superior e acessíveis a qualquer hora e lugar, com o menor custo para o cidadão.

Como diferencial, e no papel de propulsor da transformação digital do Brasil, o SERPRO acompanha e cumpre as exigências legais em desenvolver soluções tecnológicas voltadas ao interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional.

A estrutura patrimonial do SERPRO é um reflexo direto de sua atuação estratégica. Por operar data centers 24/7 e desenvolver tecnologias próprias para o Estado, a empresa concentra seu patrimônio em ativos imobilizados e intangíveis. Além disso, a necessidade de manter essa infraestrutura e garantir a segurança da informação gera despesas operacionais significativas, que moldam a composição de suas demonstrações contábeis.

Desempenho Empresarial no Setor Público

Ao avaliar o desempenho das empresas públicas tendo por referência indicadores fiscais, como *superávit* ou *déficit*, é necessário cautela para não incorrer em erro na análise, interpretando conceitos diferentes como se sinônimo fossem, onde *déficit* é facilmente associado a "prejuízo". Conforme Nota oficial divulgada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o resultado primário (*superávit ou déficit*) das empresas estatais federais não dependentes (o caso do Serpro) é calculado a partir da diferença entre suas receitas e suas despesas (incluindo investimentos) dentro de um determinado período. Ele não contabiliza os recursos que as empresas já traziam em seus caixas de períodos anteriores, nem eventuais receitas de financiamentos, por exemplo.

O resultado primário, nesse sentido, não é uma medida adequada de saúde financeira da companhia. É comum empresas registrarem *déficit* primário mesmo com aumento do lucro se estiverem acelerando seus investimentos, na expansão/modernização dos negócios.

Em 2025, o Serpro manteve posição patrimonial e financeira sólida, com estrutura de ativos, passivos e patrimônio líquido compatível com a natureza e a escala de suas operações. Apresentou resultado econômico positivo, com apuração de lucro, conforme demonstrado na Demonstração do Resultado, e superávit financeiro, evidenciado pelo aumento da posição de caixa e equivalentes de caixa ao final do período. Esses resultados refletem não apenas a

geração de valor pelas operações, mas também a adequada gestão financeira, evidenciando sua capacidade de continuidade e sustentabilidade operacional.

Sazonalidade do Fluxo Financeiro

É importante considerar que a dinâmica financeira do setor público possui especificidades, como prazos diferenciados para execução orçamentária e fluxos de pagamento que podem impactar momentaneamente os resultados financeiros do Serpro, como por exemplo uma variação do estoque de Contas a Receber dos clientes públicos OGU (que representam a maior parte do faturamento), que acompanha a capacidade financeira dessas entidades.

A sazonalidade das receitas, fortemente influenciada pela execução orçamentária do Governo Federal, tem efeito direto na capacidade operacional da empresa ao longo do ano, tendo em vista que a maior parte da receita da empresa provém de contratos com entidades públicas. A sazonalidade, combinada com os efeitos dos indicadores macroeconômicos — como inflação, taxa de juros e restrições fiscais — pode comprometer a capacidade de investimento e custeio do Governo, impactando diretamente os negócios do SERPRO. A empresa, portanto, está sujeita a oscilações que exigem planejamento financeiro e estratégias de mitigação de riscos.

Agente Estratégico para o Estado Brasileiro

O SERPRO como agente estratégico de Governo, vem direcionando parte de seus fluxos financeiros na materialização de investimentos estratégicos, como a Nuvem de Governo, além de ser o fomentador tecnológico da Reforma Tributária no país. Como empresa pública de tecnologia, tem papel fundamental de impulsionar políticas públicas a fim de fomentar o desenvolvimento do país e democratizar serviços essenciais a todos os brasileiros. As atividades realizadas pelo SERPRO são dirigidas ao Estado e à sociedade, e viabilizam a conexão entre Governo, empresas e cidadãos por meio de soluções tecnológicas. Ao realizar negócios com o Governo, a Empresa prioriza iniciativas que visam a modernização da Administração Pública, junto ao mercado privado, desenvolve serviços de excelência para que empresas de todos os tamanhos e segmentos da economia tenham informações íntegras, disponíveis e confiáveis, e soluções que tornem suas plataformas de negócio mais seguras e inteligentes. Esse posicionamento implica a realização de investimentos contínuos em infraestrutura tecnológica, ativos imobilizados e intangíveis, bem como a manutenção de elevados padrões de disponibilidade, segurança da informação e capacidade operacional.

A Empresa segue observando atentamente o cenário econômico atual, agindo de forma a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira e a sua capacidade operacional. Os esforços estão voltados para a implementação de medidas e ações responsáveis de contenção de gastos, otimização de recursos, aumento de produtividade e minimização dos potenciais impactos financeiros. Além disso, o SERPRO vem diversificando sua carteira de clientes, principalmente junto ao mercado privado, inclusive, internacional.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade.

A empresa segue, na íntegra, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde que aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e/ou quando aplicáveis pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A administração declara que as demonstrações representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da entidade nas datas dos Balanços, além de prover, em conformidade com os respectivos normativos, informações que

proporcionam aos seus usuários uma visão detalhada e transparente das operações, da posição patrimonial e da movimentação financeira, seguida da aprovação da alta administração.

2.2 Emissão e divulgação

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras anuais de 2025, encerrado em 31 de dezembro, foram autorizadas pela Diretoria Executiva da empresa em reunião de 28 de janeiro de 2026.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros, avaliados a valor justo e refletidos no Patrimônio Líquido. As provisões trabalhistas, cíveis e administrativas foram mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação, com variações impactando diretamente o resultado do exercício. Os passivos de arrendamento também foram mensurados pelo valor presente das obrigações de pagamento, em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. Já as provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, impactaram tanto o resultado do exercício quanto os Outros Resultados Abrangentes (ORA), no Patrimônio Líquido.

2.3.1 Mensuração do valor justo

A mensuração a valor justo dos ativos financeiros se dá pela abordagem do mercado principal. Os preços utilizados contêm informações relevantes do produto em transações no mercado e envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

2.4 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com a finalidade de fornecer informações aos usuários, e evidenciar as ocorrências mais significativas no período. Ao analisar as demonstrações financeiras, deve-se considerar esta Nota Explicativa (NE) como parte integrante das ponderações.

2.4.1 Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional do SERPRO. Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão em milhares de reais arredondados para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4.2 Apresentação pelo valor líquido

As contas ativas e passivas são apresentadas pelo valor líquido quando permitido pelas normas contábeis aplicáveis, especialmente quando há direito legal de compensação e intenção de quitar pelo valor líquido, conforme CPC 39.

2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

Para fins de publicação, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é apresentada pelo método indireto. O Serpro apresenta também a DFC pelo método direto, conforme Nota Explicativa 4.3. No que se refere aos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos, os valores se referem a movimentação do imobilizado e do intangível, pagamentos de dividendos e arrendamentos, respectivamente.

2.6 Demonstração do Valor adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição, durante determinado período. Foi elaborada a partir dos registros contábeis que servem de base para a preparação das demonstrações financeiras.

2.7 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Para fins de publicação e atendimento ao que preconiza o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Demonstração de Resultado do Exercício é apresentada por função. Para efeito de evidenciação em notas explicativas, os seus valores serão informados detalhados por natureza.

2.8 Reclassificações

Para fins de comparabilidade e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações relativas aos períodos anteriores foram reclassificadas. Tais reclassificações não são objeto de reapresentação de balanço, uma vez que, para a administração, não afetam a tomada de decisão empresarial. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo das demonstrações, reclassificação de valores ou revisão de agrupamento de contas.

Em razão de melhorias implementadas no processamento de Custos, o CSP e as Despesas Operacionais foram reprocessadas, conforme descrição na Nota Explicativa 23.3. Os impactos estão demonstrados no quadro a seguir:

	Dez/2025	Dez/2024 Reclassificado	Dez/2024 Publicado	Reclassificação
Receita operacional líquida	4.739.080	3.925.711	3.925.711	0
Custo dos serviços prestados	(2.424.083)	(2.033.467)	(2.261.507)	228.040
Lucro bruto	2.314.997	1.892.244	1.664.204	228.040
Despesas/Receitas operacionais	(1.700.064)	(1.281.078)	(1.053.039)	(228.039)
Despesas com vendas	(112.237)	(85.610)	(285.534)	199.924
Despesas gerais e administrativas	(1.586.812)	(1.213.944)	(785.981)	(427.963)
Perdas Liquidadas com créditos a receber	3.911	40.340	40.340	0
Outras despesas e receitas operacionais	(4.926)	(21.864)	(21.864)	0
Lucro operacional antes do resultado financeiro	614.933	611.166	611.165	1
Resultado financeiro	242.893	183.994	183.994	0
Receitas financeiras	326.127	211.902	211.902	0
Despesas financeiras	(83.234)	(27.908)	(27.908)	0
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	857.826	795.160	795.159	1
Imposto de renda e contribuição social	(102.758)	(110.002)	(110.002)	0
Correntes	(116.745)	(17.817)	(17.817)	0
Diferidos	13.987	(92.185)	(92.185)	0
Lucro líquido do exercício	755.068	685.158	685.157	0

Tratam-se, exclusivamente, de ajustes de apresentação e alocação entre grupos de despesas, com vistas a proporcionar maior aderência à essência econômica das transações, em conformidade com o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

2.9 Estimativas e julgamentos contábeis

No processo de preparação das demonstrações financeiras é requerido o uso de estimativas contábeis relevantes e de julgamentos por parte da Administração do Serpro na aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados, com base na experiência da Administração e nas informações disponíveis até a data das demonstrações financeiras. É provável que haja diferenças entre os valores estimados e os resultados efetivamente ocorridos, por definição. As estimativas e julgamentos afetam as seguintes notas explicativas:

Descrição	Nota Explicativa
PECLD	5.1
Redução ao valor recuperável	5.1.1
Depreciação/Amortização	9 e 10
Provisões Judiciais e Administrativas	19
Benefícios a Empregados	20
Arrendamento	21

2.10 - Arrendamento

Em 2025, o SERPRO celebrou contrato de arrendamento de ativos de tecnologia (superior a 12 meses), cujo objeto contempla a disponibilização de equipamentos de armazenamento e processamento de dados, destinados à modernização de sua infraestrutura, visando atender relevantes projetos nacionais.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a operação foi classificada como arrendamento, sendo reconhecida em outubro de 2025. Os ativos de direito de uso tiveram seu valor mensurado na ordem de R\$ 1.200,0 milhões a valor presente. O passivo de arrendamento no mesmo valor, foi mensurado pelo valor das parcelas contratuais futuras, descontadas à taxa incremental de financiamento estimada para o período.

A depreciação do ativo de direito de uso é reconhecida linearmente ao longo da vigência contratual, e os encargos financeiros do passivo foram apropriados ao resultado conforme o método do custo amortizado, observando-se o regime de competência.

A operação contribui para a modernização tecnológica e a continuidade das ações de suporte aos grandes projetos nacionais, como a Reforma Tributária.

3. Políticas contábeis e correção de erros

3.1 Políticas e Práticas Contábeis

As políticas e práticas contábeis adotadas pelo Serpro na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas ao longo desta Nota Explicativa, em conjunto com as notas específicas relacionadas a cada grupo de contas.

Essas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, não houve mudanças de políticas contábeis, tampouco foram identificados erros materiais de períodos anteriores que demandassem reapresentação das demonstrações financeiras, nos termos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Eventuais reclassificações efetuadas tiveram como objetivo apenas aprimorar a apresentação e a comparabilidade das informações, não afetando o resultado do período, o patrimônio líquido ou os fluxos de caixa anteriormente divulgados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras prontamente conversíveis e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. O risco de alteração no valor justo é irrelevante.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Caixa/ Bancos	70.642	200.809
Aplicação financeira	2.452.855	1.723.767
Caixa e equivalente de caixa	2.523.497	1.924.576

O saldo de R\$ 2.523,5 milhões foi obtido ao longo dos exercícios pela geração de caixa do negócio e está disponível para uso sem restrições de qualquer natureza com terceiros, como garantias bancárias e *covenants* em contratos.

4.1 Bancos contas movimento

A variação observada, de R\$ 200,8 milhões para R\$ 70,6 milhões decorre, principalmente, de aplicação financeira e do consumo operacional dos saldos existentes no encerramento de 2024.

A maioria (99,97%) do valor de R\$ 70,6 milhões apresentado em dezembro de 2025 se refere aos saldos mantidos no exterior, na conta do Banco do Brasil em Nova York/EUA. A manutenção de tais saldos no exterior visa atender a projetos estratégicos que tenham compromissos firmados/atrelados em moeda estrangeira, devendo ser suficiente para a cobertura dos desembolsos de curto prazo. Os saldos incrementais da conta, são movimentados de acordo com os critérios internos definidos para proteção cambial.

Em conformidade com as normas contábeis vigentes, a Empresa realiza a análise de sensibilidade para os saldos mantidos em moeda estrangeira, visando mensurar o impacto de variações nas taxas de câmbio sobre o resultado e o patrimônio líquido. Considerando o saldo médio ao longo de 2025, foram projetados cenários de valorização e desvalorização do Real frente ao Dólar Norte-Americano. Dado que tais ativos funcionam como uma proteção natural (*hedge natural*) para compromissos em moeda estrangeira, oscilações no câmbio geram variações compensatórias: uma valorização do dólar resulta em ganho cambial sobre o saldo em conta, enquanto uma desvalorização impacta negativamente o valor convertido em moeda nacional, sem, contudo, comprometer a capacidade de liquidação das obrigações atreladas à referida moeda.

Varição Cambial	Cotação (R\$/USD)	Saldo em R\$	Impacto no Resultado (R\$)
+1,0% (Desvalorização do Real)	5,5574	51.380,4	+508,5
+0,5% (Desvalorização do Real)	5,5299	51.126,1	+254,2
Cenário Base	5,5024	50.871,9	-
-0,5% (Valorização do Real)	5,4749	50.617,6	-254,3
-1,0% (Valorização do Real)	5,4474	50.363,4	-508,5

A cotação base corresponde à cotação de compra dólar p-tax publicada pelo BACEN na data do balanço. As variações percentuais foram aplicadas diretamente sobre essa cotação, mantendo constante o valor em moeda estrangeira.

4.2 Aplicações financeiras

Descrição	BB Extramercado FAE Fundo Investimento Renda Fixa	CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1	Saldo Acumulado
Saldo Inicial (31/12/24)	1.280.436	443.331	1.723.767
Aplicações	458.841	201.858	660.699
Resgates	(642.903)	(470.891)	(1.113.794)
Rendimento Líquido	44.074	9.818	53.892
Saldo Final (31/03/25)	1.140.448	184.116	1.324.564
Aplicações	279.071	108.836	387.907
Resgates	(322.085)	(266.117)	(588.202)
Rendimento Líquido	27.319	1.913	29.232
Saldo Final (30/06/25)	1.124.753	28.748	1.153.501
Aplicações	332.487	432.857	765.344
Resgates	(434.342)	(61.480)	(495.822)
Rendimento Líquido	36.640	6.388	43.028
Saldo Final (30/09/25)	1.059.538	406.513	1.466.051
Aplicações	646.372	885.306	1.531.678
Resgates	(422.616)	(170.975)	(593.591)
Rendimento Líquido	27.615	21.103	48.718
Saldo Final (31/12/25)	1.310.909	1.141.947	2.452.856
Rentabilidade nos últimos 12 meses	14,6699%	14,7055%	
Rentabilidade no ano	14,6699%	14,7055%	

Trata-se de aplicações de alta liquidez. Nos termos da Resolução CMN nº 4.986, de 17 de fevereiro de 2022 (aplicável às empresas públicas, as aplicações financeiras da Companhia observam limites prudenciais quanto à liquidez, concentração por emissor e composição de ativos de baixo risco), o saldo total está aplicado em fundos de investimento extramercado comuns, administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Banco do Brasil S.A. (BB). Os fundos extramercado destinados às empresas Públicas são compostos da seguinte forma: 75%, no mínimo, atrelados às emissões de títulos públicos do Tesouro Nacional e 25%, no máximo, em certificados ou recibos de depósito bancário de emissão de instituição integrante do conglomerado financeiro liderado pela CEF ou BB.

Esses fundos apresentam baixo risco, liquidez diária (D+0) e taxa de administração de 0,10% a.a. Devido à composição do fundo, a tendência do rendimento é influenciada pelo comportamento da taxa básica de juros, SELIC.

O acréscimo observado entre os meses de dezembro/2024 e dezembro/2025 se deu, principalmente, pelo significativo crescimento no faturamento da empresa através da atuação em novas áreas de negócio, inclusive em mercados internacionais.

4.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto

Para fins de melhor apresentação e comparabilidade, determinados valores foram reclassificados entre os grupos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, sem impacto na movimentação líquida de caixa do período, como créditos tributários e recebimento de clientes.

	DEZ/2025	DEZ/2024
Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	4.535.847	3.222.475
Ressarcimento de pessoal requisitado	227.323	234.621
Rendimento de aplicações financeiras	215.573	141.467
Outros recebimentos	209.548	154.154
Tributos e encargos	(180.908)	(284.073)
Pessoal e encargos	(2.723.016)	(2.465.496)
Sentenças judiciais	(95.836)	(98.996)
Pagamentos a fornecedores	(785.834)	(549.622)
Caixa líquido das atividades operacionais	1.402.697	354.530
Atividades de investimentos		
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(272.524)	(141.544)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(272.524)	(141.544)
Atividades de financiamento		
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(401.194)	(263.598)
Pagamento de passivo por arrendamento	(130.058)	0
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(531.252)	(263.598)
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa	598.921	(50.612)
Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa	1.924.576	1.975.185
Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa	2.523.497	1.924.573

5. Clientes

Os valores relacionados aos clientes não possuem componente significativo de financiamento, Créditos a receber decorrem de contratos com clientes governamentais e privados, com prazos compatíveis com a execução orçamentária e financeira desses entes, representam o valor acordado entre as partes com vencimento médio de trinta dias, não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente e, nos termos do CPC 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, assim, reconhecidos pelo custo amortizado.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Créditos a receber a faturar	211.921	173.894
Créditos a receber de clientes a vencer	518.445	224.433
Vencidos até 30 dias	32.274	15.706
Vencidos de 31 a 60 dias	12.479	169.416
Vencidos de 61 a 90 dias	10.262	156.706
Vencidos de 91 a 180 dias	12.901	79.806
Vencidos de 181 a 365 dias	9.217	13.578
Vencidos mais de 365 dias	69.125	74.120
Créditos a receber	876.624	907.659

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Perdas Incorridas	(42.529)	(29.462)
Perdas Estimadas	(33.224)	(52.626)
Redução ao valor recuperável de clientes	(14.715)	(14.260)
Total	786.156	811.311

A movimentação de créditos a receber, decorrentes de vendas a clientes, apresentou a seguinte movimentação ao longo do ano de 2025:

Movimentação de Clientes	Valor
Saldo em dezembro/2024	907.659
(+) Entradas de Créditos	1.032.233
(-) Baixas de Créditos	(749.402)
(-) Ajustes de Competência	(31.709)
Saldo em março/2025	1.158.781
(+) Entradas de Créditos	1.154.467
(-) Baixas de Créditos	(893.605)
(-) Ajustes de Competência	79.767
Saldo em junho/2025	1.499.410
(+) Entradas de Créditos	1.314.307
(-) Baixas de Créditos	(1.255.166)
(-) Ajustes de Competência	32.041
Saldo em setembro/2025	1.590.592
(+) Entradas de Créditos	1.590.180
(-) Baixas de Créditos	(2.261.712)
(-) Ajustes de Competência	(42.436)
Saldo em dezembro/2025	876.624

5.1 Perdas Estimadas para crédito em liquidação duvidosa – PECLD

O cálculo considera, quando aplicável, a natureza governamental dos clientes, o perfil de pagamento dos clientes, a probabilidade de perda ao longo das faixas de inadimplência, a recuperabilidade desses valores de acordo com a série histórica e previsões de condições econômicas futuras. Os tipos de clientes são segmentados nas categorias Clientes Públicos OGU, Clientes Públicos Não OGU e Mercado Privado para análise do comportamento histórico do desempenho de pagamentos dos clientes.

Movimentação	Estimada	Incorrida
Saldo em Dez/2024	52.626	29.462
Constituição	15.648	17.383
Reversão	(35.050)	(4.316)
Saldo em Dez/2025	33.224	42.529

Os valores dos créditos a receber de clientes no encerramento do exercício, registrados no curto prazo, são apresentados no balanço deduzidos das perdas estimadas (R\$ 33,2 milhões) e das perdas incorridas (R\$ 42,5 milhões), perfazendo um total de R\$ 75,7 milhões.

5.1.1 Redução ao valor recuperável de clientes

O valor de R\$ 14,7 milhões, que deve ser somado ao apresentado no item 5.1 para encontrar o valor total do PECLD de R\$ 80,4 milhões, decorre da redução de ativo relativo a multas e juros incidentes sobre faturas em atraso, parcialmente pagas. Como em regra decorrem de valores questionados pelos clientes, sobretudo do setor público, é efetuado registro de redução, dada a baixa probabilidade de recebimento.

6. Créditos diversos

O saldo de R\$ 48,2 milhões representa, na sua maior parte, créditos decorrentes da folha de pagamento. São valores a receber concernentes, principalmente, ao adiantamento de férias e demais verbas de pessoal no importe de R\$ 20,6 milhões, além do registro de outros recebíveis, como por exemplo os boletos do Plano de Saúde PAS/Serpro emitidos para empregados/ex-empregados (R\$ 15,6 milhões) e adiantamentos a prestadores de serviços (R\$ 3,3 milhões). Esses créditos são realizáveis no curto prazo, correspondendo a valores de baixa complexidade e sem risco relevante de inadimplência.

7. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas referem-se a pagamentos efetuados antecipadamente cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios subsequentes. Elas são mensuradas pelo valor de custo (desembolso) e apropriadas ao resultado do exercício mensalmente, de acordo com o regime de competência, à medida que os serviços são efetivamente prestados ou os riscos e benefícios são transferidos. Em 2025 o Serpro registrou R\$ 50,8 milhões cujo consumo se dará ao longo dos próximos meses, sendo o principal objeto as subscrições oriundas dos contratos de tecnologia.

8. Ativo mantido para venda

Refere-se a bens não inseridos no contexto operacional da empresa e que possuem venda aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração (CA). Os ativos mantidos para venda são apresentados no Balanço pelo menor valor entre o custo histórico abatido da depreciação ou a expectativa de venda líquida, ou seja, já deduzida das despesas com a venda. Os ganhos e as perdas são mensurados no resultado quando da operação, conforme normativo contábil.

Descrição	Imóvel	Depreciação	Saldo
Imóvel - Andaraí RJ	21.154	(1.023)	20.131

Há decisão de alienação de imóvel localizado no estado do Rio de Janeiro, com movimento firme de venda. O imóvel encontra-se desocupado, apenas com a manutenção mínima necessária para a conservação predial. Desse modo, houve a reclassificação do referido bem para a conta de Ativo Mantido para Venda. O menor valor apurado para o imóvel em Laudo Técnico de Avaliação foi de R\$ 36,4 milhões. Destaca-se que o Serpro continua com tratativas em andamento para viabilização da venda.

9. Imobilizado

Bens mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada para abater o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

	Edifícios		Terrenos	Obras em Andam.	Instalações		Bens Móveis		Arrendamento		Total	
	Ativo	Deprec.			Ativo	Ativo	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.
Saldo dez/2024	142.415	(49.036)	54.158	18.996	152.593	(140.599)	1.480.572	(841.620)	0	0	1.850.550	(1.033.072)
Adições	3.255			1.153	828		44.284				49.520	0
Baixas				(4.157)			(12.151)	11.296			(16.725)	11.713
Transferências/Ajuste							(38.691)				(38.691)	0
Depreciação		(440)				(384)		(49.456)			0	(50.280)
Saldo mar/2025	145.670	(49.476)	54.158	15.992	153.421	(140.983)	1.474.014	(879.780)	0	0	1.844.654	(1.071.639)
Adições				1.000			49.063				50.063	0
Baixas							(4.685)	4.325			(4.685)	4.325
Transferências/Ajuste							(455)	70			(455)	70
Depreciação		(447)				(398)		(51.428)			0	(52.273)
Saldo jun/2025	145.670	(49.923)	54.158	16.992	153.421	(141.381)	1.517.937	(926.813)	0	0	1.889.578	(1.119.517)
Adições				9.118			63.603		66.294		139.015	0
Baixas				(378)			(83.149)	82.176			(83.527)	82.176
Transferências/Ajuste	2.472			(3.939)	1.468			19			0	19
Depreciação		(447)				(398)		(53.041)			0	(53.887)
Saldo set/2025	148.142	(50.370)	54.158	21.793	154.889	(141.779)	1.498.391	(897.659)	66.294	0	1.945.066	(1.091.209)
Adições				16.415			127.482		1.144.879		1.288.776	0
Baixas							(5.190)	5.070			(5.190)	5.070
Transferências/Ajuste				(2.508)	2.508			(35)	(18)		(18)	(35)
Depreciação		(455)				(456)		(56.836)	(87.900)		0	(145.646)
Saldo dez/2025	148.142	(50.825)	54.158	35.700	157.397	(142.235)	1.620.683	(949.460)	1.211.155	(87.900)	3.228.634	(1.231.819)

As vidas úteis do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos estão apresentadas a seguir:

Descrição	Vida útil (em anos)
Edifícios	59
Instalações	5
Móveis e utensílios	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10
Equipamentos de TI	5
Veículos	10

10. Intangível

Trata-se de gastos incorridos associados diretamente a *softwares* identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas. No caso dos *softwares* desenvolvidos internamente, representam os gastos envolvidos até que este esteja pronto para uso, quando se inicia a amortização.

Descrição	Dez/2024	Entradas/Amortização	Saídas	Dez/2025
Softwares	784.201	23.081	(14.339)	792.943
Adquiridos	755.400	11.404	(10.399)	756.405
Desenvolvidos para uso interno	24.550	0	(1.627)	22.923
Em construção	1.938	7.160	0	9.098
Estoque interno	2.313	4.517	(2.313)	4.517
(Amortização acumulada e Perdas estimadas)	(704.811)	(28.233)	9.524	(723.520)
Softwares adquiridos	(695.622)	(25.856)	8.140	(713.338)
Softwares desenvolvidos para uso interno	(8.625)	(2.377)	820	(10.182)
Perdas Estimadas por Redução ao valor recuperável	(564)	0	564	0
Valor Líquido	79.390	(5.153)	(4.814)	69.423

Descrição	Vida útil definida
Softwares adquiridos	2 a 7 anos
Softwares desenvolvidos para uso interno	1 a 10 anos

11. Consignações

Refere-se às retenções efetuadas na folha de pagamento dos empregados e aos tributos retidos de fornecedores, cujos valores serão posteriormente repassados aos respectivos entes competentes.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Previdência social	26.902	17.821
Pensão alimentícia	46	46
IRRF	54.155	48.185
Tributos federais retidos	20.123	7.082
ISS	1.589	1.114
Plano de previdência e assistência médica	7	292
Entidades representativas de classes	1.025	1.061
Empréstimos, retenções e consignatários	2.471	5.532
Total	106.318	81.133

12. Obrigações a pagar

São obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal do negócio. Para reconhecimento e mensuração de contas a pagar e fornecedores, os seguintes critérios são considerados: (1) Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente; (2) É reconhecido pelo custo amortizado e não se altera a forma anterior de reconhecimento. O objetivo é financiar as atividades operacionais e, em regra, são mantidas até o vencimento.

As contas mais representativas são Fornecedores no importe de R\$ 409,6 milhões (R\$ 391,3 milhões em dez/2024), resultado das operações comerciais do Serpro e as Obrigações Trabalhistas no importe de R\$ 470,6 milhões (R\$ 430,8 milhões em dez/2024), esta última detalhada na Nota Explicativa 12.

13. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Férias	283.190	248.218
Licença prêmio	184.311	178.865
13º salário	-	-
Provisão Acordo Coletivo de Trabalho	-	-
Programa Demissão Voluntária - PDV	4	4
Outras obrigações com pessoal	3.089	3.665
Total	470.594	430.752

A variação observada entre dez/2025 e dez/2024 (R\$ 39,8 milhões no total) nas rubricas ora destacadas se refere, principalmente, à constituição das provisões de férias (R\$ 35,4 milhões) e à provisão para licença prêmio (R\$ 90,2 milhões).

14. Participação nos lucros ou resultados

A variação do saldo é decorrente do pagamento a empregados e administradores, em junho de 2025, de valores referentes aos programas de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados (PLR) 2024 e de Remuneração Variável de Administradores (RVA) 2024 e anteriores, respectivamente. Em 2025 foram constituídas provisões de R\$ 46,2 milhões para o pagamento de PLR e de R\$ 969 mil para o Pagamento de RVA, ambos referentes aos programas de 2025. A participação dos administradores atende ao disposto no Decreto nº 8.945/2016.

15. Dividendos e Juros sobre capital próprio

O saldo de R\$ 179,6 milhões representa a constituição dos juros sobre capital próprio – JSCP imputado a dividendos no período de janeiro a dezembro de 2025.

16. Créditos tributários – Ativo Circulante

Em créditos de tributos federais são registrados: valores de IRPJ e CSLL relativos à apuração mensal dos tributos que geram antecipação de valores; retenções sobre os rendimentos financeiros e recebimentos de serviços abatidos pelos tributos devidos no final do período, todos nos termos da legislação vigente. Em créditos de tributos municipais são registrados créditos a recuperar junto às secretarias de fazenda.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Tributos Federais – IRPJ e CSLL	186.784	227.226
IR e CSLL a recuperar/compensar	262.860	215.033
IRRF a compensar	40.668	30.010
IRPJ a recolher	(47.554)	-
CSLL a recolher	(69.190)	(17.817)
Tributos Municipais	4.992	8.237
ISS a compensar	4.981	8.226
INSS a compensar	11	11
Tributos s/ serviços no exterior	5	-
Total	191.781	235.463

17. Tributos e encargos sociais – Passivo Circulante

Trata-se de tributos e encargos sociais sobre receita, folha (FGTS) e outros.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Passivo fiscal diferido	25.282	19.369
PASEP / COFINS a recolher	43.758	48.271
CPRB a recolher	25.179	4.817
FGTS	21.875	16.677
ISS a recolher	4.173	9.287
Outros tributos	68	39
Total	120.335	98.460

Os tributos diferidos incidem sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar. Já os tributos diretos sobre a receita bruta a faturar são CPRB, PASEP, COFINS e ISS.

18. Obrigações tributárias – Passivo Não Circulante

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
PASEP/COFINS a recolher	-	216
ISS renegociado	67.943	59.430
Total	67.943	59.646

Do saldo apresentado, destaca-se o ISS renegociado, no importe de R\$ 67,9 milhões, referente ao parcelamento do referido imposto junto aos fiscos municipais. São os parcelamentos de débitos atualizados junto à Prefeitura de São Paulo, com pagamento suspenso em decorrência da ação de imunidade tributária, ajuizada em 2019.

19. Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Provisões Judiciais	491.045	376.216
Provisões Trabalhistas	449.184	336.044
Provisões Cíveis	41.513	39.848
Provisões Fiscais	348	324
Provisões administrativas	279.422	290.681
Saldo	770.467	666.897

19.1 Provisões administrativas

Os tributos de natureza indireta incluídos nos preços dos serviços prestados a órgãos e entidades da Administração Pública, e não recolhidos em virtude da aplicação de imunidade tributária, são registrados em provisões administrativas no passivo não circulante para ressarcimento aos clientes. Estão classificadas no não circulante dada a incerteza quanto ao prazo de realização. Em caso de negociação com os clientes, os valores são realizados ou transferidos para o circulante, conforme prazos acordados. São registrados os valores relativos aos maiores clientes públicos cujos contratos não tenham sido repactuados. Os demais valores de clientes são reconhecidos à medida que são cobrados.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Provisões ISS imunidade	136.041	136.695
Provisões COFINS imunidade	118.137	126.452
Provisões ICMS imunidade	-	54
Provisões PIS/PASEP imunidade	25.244	27.480
Total	279.422	290.681

A diferença entre os períodos de dez/2025 e dez/2024, R\$ 11,3 milhões, refere-se à atualização dos saldos, considerando os faturamentos ocorridos no período, bem como as devoluções a clientes. Cumpre destacar que os valores referentes ao PIS/PASEP e COFINS são apurados com base no regime cumulativo. Permanecem no passivo administrativo os valores dos contratos efetivados com os maiores clientes públicos, uma vez que a negociação para liquidação é uma iniciativa do Serpro. Os valores de menor representatividade dos contratos firmados com os demais clientes públicos, ou ainda aqueles que não possuem mais relacionamento comercial com a empresa, serão reconhecidos à medida em que esses clientes efetuem a cobrança de valores junto ao Serpro.

19.2 Provisões Judiciais - trabalhistas, cíveis e fiscais

Refere-se a provisões decorrente de processos judiciais quando há uma obrigação presente resultante de evento passado, cuja liquidação provavelmente exigirá a saída de recursos econômicos e cujo valor pode ser estimado com confiabilidade, conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões são mensuradas com base na melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação, sendo atualizadas conforme a evolução dos processos judiciais ou encargos financeiros incorridos. As provisões podem ser revertidas caso a estimativa de perda deixe de ser considerada provável, quando ocorrer um alongamento da expectativa de desembolso ou quando a obrigação for efetivamente liquidada. A contrapartida da provisão é registrada em "Resultado com Ações Judiciais" na demonstração do resultado.

Os processos judiciais são classificados em estratégicos e não estratégicos, conforme critérios de materialidade e relevância jurídica. São considerados estratégicos os processos com risco de sucumbência superior a R\$ 1,2 milhão na data da provisão ou que, por avaliação jurídica, envolvam matérias de natureza relevante. Os demais processos, com valores de risco geralmente inferiores a esse limite, são classificados como não estratégicos.

Tanto os processos estratégicos quanto os não estratégicos podem ser avaliados com risco de perda provável ou possível:

Processos estratégicos com risco provável: são provisionados individualmente, com base em estimativas confiáveis, e que estão em fase de execução. O risco é atribuído pelo advogado responsável, o reconhecimento contábil é realizado pela área de contabilidade, e a mensuração é conduzida pelo perito assistente, considerando os cálculos homologados, os valores incontroversos ou os cálculos do SERPRO com base nos pedidos do reclamante.

Processos não estratégicos com risco provável: são provisionados de forma massificada, por meio da aplicação da metodologia do tíquete médio de pagamentos por tipo de pedido principal, calculado com base nos processos arquivados nos últimos cinco anos. Esse tíquete médio é multiplicado pela quantidade de processos ativos no período em análise, resultando na estimativa de provisão a ser reconhecida.

Processos com risco possível: não impactam o valor da provisão reconhecida no balanço, mas são continuamente monitorados e divulgados em Nota Explicativa, conforme exigido pelas normas contábeis.

Com o reconhecimento do direito ao regime de precatórios, o SERPRO alterou a forma de liquidação de suas sentenças judiciais transitadas em julgado. Diferente do modelo anterior de execução imediata, o pagamento agora ocorre mediante requisição judicial, o que estende o prazo médio de desembolso e confere maior previsibilidade ao fluxo de caixa.

Os efeitos dessa transição tornaram-se perceptíveis no 4º trimestre de 2025, refletindo-se na ampliação dos prazos de vencimento dos passivos judiciais e na consequente adequação das estimativas.

Para a elaboração das estimativas são consideradas todas as informações disponíveis relativas aos processos judiciais em que a empresa é parte envolvida, tendo os processos as principais temáticas:

Trabalhista – em sua maioria, são ações de envolvendo empregados próprios ativos e inativos, com diversos objetos, sendo os mais recorrentes os que envolvem gratificação de função específica, reintegração, progressão funcional, desvio de cargo, gratificação de função de confiança.

Cível - são, principalmente, ações em que se discute reintegração, obrigação de pagar decorrentes de compromissos contratuais, reparação de danos.

Tributária - a empresa é parte em processos que envolvem tributos, atualmente em sua maioria tributos municipais, principalmente, ISS.

19.2.1. Movimentação dos processos: Cível, Trabalhista e Fiscais

Descrição	Cível/Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo da provisão 31/12/2024	40.172	336.044	376.216
Processos que entraram na provisão	1.904	17.436	19.340
Processos que saíram da provisão	0	(12.699)	(12.699)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	1.131	13.113	14.244
Redução nos processos anteriormente provisionados	(2.844)	(2.427)	(5.271)
Saldo em 31/03/2025	40.363	351.467	391.830
Processos que entraram na provisão	0	9.155	9.155
Processos que saíram da provisão	(1.517)	(1.910)	(3.427)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	835	37.209	38.044
Redução nos processos anteriormente provisionados	(25.890)	(12.949)	(38.839)
Saldo em 30/06/2025	13.789	382.972	396.760
Processos que entraram na provisão	0	30.285	30.285
Processos que saíram da provisão	0	(22.737)	(22.737)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	0	60.559	60.559
Redução nos processos anteriormente provisionados	(218)	(15.817)	(16.035)

Descrição	Cível/Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo em 30/09/2025	13.570	435.262	448.833
Processos que entraram na provisão	0	13.190	13.190
Processos que saíram da provisão	0	(31.844)	(31.844)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	28.291	44.050	72.341
Redução nos processos anteriormente provisionados	0	(11.475)	(11.475)
Saldo em 31/12/2025	41.861	449.184	491.045

A movimentação dos processos impactou negativamente no resultado em R\$ 42,2 milhões no 4º trimestre de 2025, quando comparado ao 3º trimestre de 2025. Vale salientar que a maioria quantitativa dos processos na empresa é de natureza trabalhista e representa mais de 90% do passivo provisionado.

A administração entende que as provisões constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis. Os valores referentes aos processos fiscais foram somados aos cíveis por serem valores imateriais.

19.2.2. Expectativa de reembolso

O SERPRO espera que parte do passivo seja reembolsada. Dessa forma, e seguindo o CPC 25 (item 53), foi contabilizado um ativo relativo às ações movidas por empregados cedidos, considerando o direito ao ressarcimento dos valores desembolsados. Como o fundamento do reembolso é legal e a Administração Pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da estrita legalidade, julga-se que o reembolso é devido e praticamente certo.

Tipo de ação	Dez/2025	Dez/2024
Sem expectativa de reembolso	343.459	253.886
Com expectativa de reembolso	147.586	122.331
Saldo da provisão	491.045	376.217

19.2.3. Processos de riscos de perda possíveis e Passivo Contingente

Foram verificados como possíveis processos cíveis, trabalhistas e tributário, estratégicos e não estratégicos. O total de possíveis monta 360 processos, correspondendo a R\$ 262,3 milhões, sendo 30 processos classificados como estratégicos e 330 processos classificados como não estratégico, correspondendo a R\$ 251,5 milhões e R\$ 10,7 milhões, respectivamente.

Risco Processual Possível	Dez/2025		Dez/2024	
	Qte.	Valor	Qte.	Valor
Processos Cíveis	329	16.274	257	16.763
Processos Trabalhistas	25	220.759	9	152.330
Processos Tributários	6	25.257	1	24.499
Total	360	262.290	267	193.592

19.2.4. Precatórios

No segundo semestre de 2025, o SERPRO implementou formalmente o regime de precatórios para o cumprimento de suas obrigações judiciais, amparado por decisões unânimes do STF que reconhecem a natureza de sua atuação pública. Esta mudança visa garantir maior previsibilidade financeira e conformidade com o rito orçamentário da Fazenda Pública.

Conforme entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal (ADPFs 275, 387, 1090), o SERPRO submete-se ao regime de precatórios (Art. 100 da CF), aplicável a empresas públicas prestadoras de serviços em regime de exclusividade. A operacionalização efetiva iniciou-se em 01/09/2025, com a substituição de depósitos judiciais e pagamentos imediatos pela sistemática da Fazenda Pública.

Sob este regime, condenações de até 60 salários mínimos são liquidadas via RPV em até 60 dias. Valores excedentes seguem o rito dos precatórios, com prazos de pagamento vinculados à data de expedição (EC 136/2025): títulos expedidos até 1º de fevereiro são incluídos no orçamento do exercício subsequente; após essa data, no orçamento posterior. Durante o período de espera, os valores são atualizados pelo IPCA-E.

Com o reconhecimento do direito ao regime de precatórios, o SERPRO alterou a forma de liquidação de suas sentenças judiciais transitadas em julgado. Diferente do modelo anterior de execução imediata, o pagamento agora ocorre mediante requisição judicial e inclusão no orçamento empresarial, o que estende o prazo médio de desembolso e confere maior previsibilidade ao fluxo de caixa.

Os efeitos dessa transição tornaram-se perceptíveis, refletindo-se nos passivos judiciais, no Balanço Patrimonial. A empresa mantém provisões para honrar tais compromissos conforme a ordem cronológica e os limites constitucionais, garantindo a conformidade com as decisões do Poder Judiciário.

19.2.5. Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A Administração realiza monitoramento contínuo dos processos judiciais e administrativos, com o objetivo de assegurar que a avaliação dos riscos de desembolso, a necessidade de reconhecimento como provisão e a estimativa confiável dos valores envolvidos sejam analisadas e revisadas periodicamente.

Esses processos são, por natureza, contingentes, ou seja, sua resolução depende da ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos. Em geral, tais eventos não estão sob controle da Companhia, o que reforça a necessidade de julgamento criterioso por parte da Administração. O ambiente jurídico em que esses processos se desenvolvem envolve incertezas que exigem o exercício de estimativas e julgamentos significativos quanto aos potenciais desfechos e seus respectivos impactos financeiros.

19.3. Depósitos judiciais e recursais

Garantia em juízo de valores depositados a fim de satisfazer crédito oriundo de decisões judiciais. Enquanto o valor estiver depositado em conta bancária à disposição do Juízo, os seus valores compõem o ativo empresarial.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Depósitos judiciais e recursais	374.619	419.436
Ações fiscais	1.543	184
Total	376.162	419.620

Neste grupo, estão contabilizados, em sua ampla maioria, os valores referentes à garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. Os valores são mantidos em contas específicas, conforme determinação judicial. No Serpro, os depósitos se concentram nas instituições estatais Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil.

Ao longo do ano o grupo de depósitos judiciais apresentou a seguinte movimentação, considerando as entradas (Depósitos) e as saídas (Levantamentos):

Movimentação	Valor
Saldo em dez/24	389.071
(+) Depósitos no Período	67.674
(+) Atualização Monetária	18.714
(-) Levantamentos	(130.228)
. Retorno ao Serpro	(67.816)
. Destinado a Terceiros	(62.412)
(+/-) Transferência entre contas	2.070
Saldo em dez/25	347.301

Além dos depósitos judiciais tributários, cíveis, trabalhistas a empresa contratou R\$ 4,8 milhões de seguro de garantia para a cobertura de processos judiciais como alternativa aos depósitos judiciais. O saldo pode chegar até R\$300,0 milhões, caso necessário.

20. Benefícios a empregados

20.1 – Benefícios oferecidos

20.1.1 Planos de previdência complementar oferecidos pelo SERPRO

O Serpro oferece como benefício pós-emprego aos empregados a possibilidade de previdência complementar, que é administrada pela entidade fechada de previdência complementar SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com **autonomia** administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado. Os dois planos atualmente ativos são PS-I e PS-II, como apresentado no quadro a seguir:

Descrição	Tipo	Características
Plano PS-I	Benefício Definido (BD)	Plano saldado desde 01/04/2013, sob amparo legal e cujos benefícios já foram concedidos
Plano PS-II	Plano de Contribuição Variável (CV)	Plano aberto para novas adesões e possui características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de pós-concessão.

20.1.1.1 Obrigações a pagar com plano de previdência

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Ações de Cobrança	13.344	13.344
Contribuições paritárias	2.200	1.856
Total	15.544	15.200

O valor de R\$ 13,3 milhões decorre de ação de cobrança (Processo 0012357-70.2016.401.3400). O SERPROS Fundo Multipatrocinado reclama em juízo tal pagamento, a título de juros incidentes sobre o valor devido a título de aporte financeiro, destinado à viabilização da migração de participantes do Plano Serpro I para o Plano Serpro II (amortização da dotação inicial), e sobre o parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na lei nº 8020/90 - "amortização extraordinária", as quais foram suspensas por determinação do Tribunal de Contas da União à época. Até a data de emissão das demonstrações, não havia sido prolatada a sentença.

20.1.2 Assistência à Saúde

É oferecida pelo SERPRO aos empregados e seus respectivos dependentes, por meio do Plano de Assistência à Saúde PAS/SERPRO. Instituído em 1975, o PAS/Serpro é um plano de saúde exclusivo para os empregados. Tem abrangência nacional e atua na modalidade de autogestão, com atividades executadas por prestadores diretamente credenciados e por meio de convênio de reciprocidade de rede com outra operadora.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Utilização Plano de Saúde	362.884	328.739
Despesas Administrativas	41.113	44.134
Total	403.997	372.873

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Participação dos Empregados	244.300	222.973
Participação Empresa	159.697	149.900
Total	403.997	372.873

20.1.3 Auxílio-alimentação

Concedido mensalmente aos empregados e aos dirigentes na modalidade de cartão eletrônico.

Descrição	Características
PLUXEE	Empregados: R\$ 1.230,72 fixado em Acordo Coletivo de Trabalho-ACT 2024/2025 Dirigentes: R\$ 997,64, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das empresas Estatais-SEST

20.1.4 Plano odontológico

Benefício oferecido aos empregados e ex-empregados, a seus dependentes e agregados, por meio do Plano Odontológico INPAO Dental, mediante adesão voluntária.

20.2 Avaliação Atuarial

O SERPRO disponibiliza aos seus empregados benefícios de previdência complementar, assistência à saúde, auxílio-alimentação e plano odontológico. Os programas previdenciários e de assistência à saúde oferecidos aos empregados inativos são classificados pelo CPC 33 como benefícios pós-emprego, por serem devidos ao empregado após o término da sua fase laborativa. Visto que o SERPRO adota as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aderentes ao *International Accounting Standards Board (IASB)*, ao fim do encerramento de cada exercício é realizada avaliação, registro e divulgação das

obrigações de longo prazo com benefícios de pós-emprego. Considera-se a apuração dos valores de passivo esperados para a contabilização das provisões.

O valor do passivo reflete, fundamentalmente, o cálculo da avaliação atuarial anual realizada ao fim de 2025, sobre os benefícios oferecidos aos empregados: Programas Previdenciários, Plano de Saúde PAS/Serpro e Programas de Desligamento. Os saldos apurados, no encerramento do exercício, está apresentado no quadro a seguir:

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Programas Previdenciários	-	-
Plano de Assistência à Saúde	280.425	234.475
Programa de Desligamento	18.441	9.538
Total	298.866	244.013

20.2.1 Programas Previdenciários

O Serpro oferece aos seus empregados a possibilidade de adesão no plano de previdência complementar. Os planos são administrados pela EFPC Fundo Multipatrocinado SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado: <https://serpros.com.br/>.

20.2.1.1 Plano PS-I Benefício Definido (BD)

O PS-I é um plano de benefícios previdenciários constituído no âmbito de entidade fechada de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Em 01/04/2013, sob amparo legal, esse plano foi saldado, o que manteve os benefícios já concedidos e suas reversões regulamentares nos níveis anteriormente pactuados, enquanto para os colaboradores ainda ativos passou a ser garantido o benefício proporcional até então capitalizado. Os benefícios instituídos são:

- Suplementação de Aposentadoria por Idade;
- Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Suplementação de Aposentadoria Especial;
- Suplementação de Aposentadoria ao Ex-Combatente;
- Suplementação de Aposentadoria por Invalidez;
- Suplementação de Auxílio-Doença;
- Suplementação de Pensão por Morte;
- Suplementação de Auxílio-Reclusão.

O PS-I oferece, ainda, Pecúlio por Morte aos Beneficiários de Participantes Patrocinados, Autopatrocinados e Participantes Assistidos. As suplementações são concedidas sob forma de renda mensal, adicionada de Abono Anual.

20.2.1.2 Plano PS-II Contribuição Variável (CV)

É um plano estruturado na modalidade de contribuição variável, que possui características de contribuição definida na fase de acumulação e de benefício definido na fase pós concessão. Os benefícios de risco também são entendidos como definidos nos casos de morte e invalidez de ativos. Deste modo, os participantes acumulam, individualmente, em conjunto com a Empresa, recursos para usufruir futuramente em rendas de aposentadorias. Estes recursos

poderão ser convertidos em uma renda mensal vitalícia ou resgate do saldo de contas. O participante decide sua contribuição mensal que determina a renda futura esperada e a patrocinadora contribui paritariamente, dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento interno do plano.

O objetivo deste plano é oferecer aos participantes, beneficiários e designados, os seguintes benefícios de previdência complementar:

- a) Aos participantes: renda de aposentadoria, benefício proporcional diferido, renda por invalidez, auxílio-doença e abono anual;
- b) Aos beneficiários: pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-reclusão e abono anual; e
- c) Aos designados: pecúlio por morte.

20.2.2 Avaliação Atuarial dos Programas Previdenciários

20.2.2.1 Hipóteses técnicas e financeiras

De acordo com a legislação aplicável à estimação de obrigações de benefícios pós-emprego, especialmente os Pronunciamentos nº 26 e 33 do CPC e as normas do IFRS – International Financial Reporting Standards, adotou-se o método da UCP – Unidade de Crédito Projetada, considerando-se como período de aquisição de direitos, aquele determinado pela diferença entre as idades de entrada e de aposentadoria na Empresa.

20.2.2.2 Premissas utilizadas na avaliação atuarial

As premissas utilizadas na avaliação atuarial foram as seguintes:

a) Taxa de Juros a Longo Prazo: Para determinar a taxa de juros de longo prazo para os benefícios pós-emprego do SERPRO, adotamos as taxas de mercado fornecidas pelos títulos do governo federal nos leilões mais recentes, especificamente para um portfólio teórico de NTN-B (Notas do Tesouro Nacional - Série B com juros semestrais) identificado como IMA-B pela ANBIMA em 31 de dezembro de 2025, comparado ao fluxo de caixa das obrigações de longo prazo sob a metodologia chamada "Duração". A Duração de Macaulay é definida como o prazo médio ponderado das operações por fluxos de caixa e foi aplicada conforme a seguir:

Plano	Duration	Dez/2025
Plano PS-I	6,25 anos	7,71% a.a.
Plano PS-II	7,83 anos	7,47% a.a.
Plano PAS/SERPRO	12,03 anos	7,24% a.a.
Programa de Desligamento	2,35 anos	8,30% a.a.

b) Inflação: De acordo com o Boletim Focus de 12/12/2025, pela Mediana – Método Agregado, a expectativa de inflação para o ano de 2026 é de 4,1%.

c) Taxa Real de Evolução dos Custos Médicos:

c.1) HCCTR – *Health Care Cost Trend Rate*

A premissa HCCTR, no Brasil chamada de “inflação médica”, apresentada pelo IESS – Instituto de Estudos da Saúde Suplementar. Avaliando o histórico de reajustes aplicados nos últimos 5 anos para o SERPRO, foi utilizada a taxa real de 3,00% a.a. como HCCTR.

c.2) Aging Factor de 3,84% a.a.

d) Taxa de rotatividade: A rotatividade foi considerada nula para o Plano PS-I e de 1%, para todas as idades até 65 anos, para o Plano PS-II.

e) Fator de capacidade para benefícios e salários: O fator de capacidade é utilizado para medir a perda real do poder de compra de salários e benefícios em função da inflação anual. Na avaliação, foi utilizado o fator de 98,55%.

20.2.3 Resultado da avaliação atuarial

20.2.3.1 Avaliação atuarial – Plano PS-I

Descrição	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026
Obrigações no início do exercício	3.383.932	2.933.253	2.961.167
Custo do serviço corrente	0	0	0
Contribuições de participantes ativos	2.438	2.368	0
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	315.242	361.532	340.333
(Ganhos)/Perdas atuariais	(515.702)	(77.680)	0
(-) Benefícios pagos no ano	(252.657)	(258.305)	(316.718)
Obrigações no final do exercício	2.933.253	2.961.168	2.984.782
Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	2.865.686	2.941.864	3.016.636
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	266.524	364.583	348.921
Contribuições normais e extraordinárias patronais	26.884	28.032	29.182
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	2.438	2.368	2.466
(-) Benefícios pagos	(252.657)	(258.305)	(316.718)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	32.988	(61.906)	0
Ativos financeiros no final do exercício	2.941.863	3.016.636	3.080.487
(Déficit)/Superávit apurado	8.611	55.469	95.704
(-) Asset Ceiling	(8.611)	(55.469)	(95.704)
(-) Contrato de dívida já reconhecido	0	0	0
(Passivo) a ser reconhecido ao final do exercício	0	0	0

Pela regra do teto de ativo (*Asset Ceiling*) não é permitido o reconhecimento do *superávit* apurado no plano. Sendo assim, a tabela acima busca evidenciar a movimentação ocorrida no exercício de 2025, sem impactos contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente das obrigações atuariais do plano totalizou R\$ 2,9 bilhões, enquanto o valor justo dos ativos garantidores do plano, mensurados a valor de mercado, atingia R\$ 3,0 bilhões, resultando em

superávit atuarial bruto de R\$ 55,4 milhões. Em função da aplicação do limite de reconhecimento de ativo (*asset ceiling*), conforme requerido pelo CPC 33, não foi reconhecido ativo líquido no balanço patrimonial.

Sensibilidade da obrigação atuarial

A taxa de juros utilizada para apurar a obrigação atuarial tem o potencial de impactar significativamente os saldos, cuja análise de sensibilidade está apresentada a seguir:

Descrição	Total da Obrigação	31/12/2025
Real	2.961.167	-
Aumento (1%)	2.664.755	-10%
Redução (1%)	3.293.825	11%

20.2.3.2. Avaliação atuarial – Plano PS-II

Descrição	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026
Obrigações no início do exercício	1.716.481	1.381.206	1.479.957
Custo do serviço corrente	1.795	1.928	2.676
Contribuições de participantes ativos	3.187	1.397	1.492
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	157.528	168.792	167.635
(Ganhos)/Perdas atuariais	(353.553)	84.630	0
(-) Benefícios pagos no ano	(144.232)	(157.996)	(142.059)
Obrigações no final do exercício	1.381.206	1.479.957	1.509.701
Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	2.125.174	2.271.387	2.233.309
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	205.921	283.291	257.315
Contribuições normais e extraordinárias patronais	3.303	1.396	1.491
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	3.187	1.397	1.492
(-) Benefícios pagos	(144.232)	(157.996)	(176.768)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	78.035	(166.166)	0
Ativos financeiros no final do exercício	2.271.388	2.233.309	2.316.839
(Déficit)/Superávit apurado	890.181	753.352	807.139
(-) <i>Asset Ceiling</i>	(889.990)	(753.352)	(807.139)
(-) Contrato de dívida já reconhecido	(191)	0	0
(Passivo) a ser reconhecido ao final do exercício	0	0	0

Pela regra do teto de ativo (*Asset Ceiling*) não é permitido o reconhecimento do *superávit* apurado no plano. Sendo assim, a tabela acima busca evidenciar a movimentação ocorrida no exercício de 2025, sem impactos contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente das obrigações atuariais do plano totalizava R\$ 1,5 bilhão, enquanto o valor justo dos ativos garantidores do plano, mensurados a valor de mercado, atingiu R\$ 2,2 bilhões, resultando em

superávit atuarial bruto de R\$ 753,3 milhões. Em função da aplicação do limite de reconhecimento de ativo (*asset ceiling*), conforme requerido pelo CPC 33, não foi reconhecido ativo líquido no balanço patrimonial.

Sensibilidade da obrigação atuarial

A taxa de juros utilizada para apurar a obrigação atuarial tem o potencial de impactar significativamente os saldos, cuja análise de sensibilidade está apresentada a seguir:

Descrição	Total da Obrigação	31/12/2025
Real	1.479.957	-
Aumento (1%)	1.331.814	-10%
Redução (1%)	1.646.216	11%

20.2.3.3 Programa de Assistência à Saúde – PAS / SERPRO

O Plano de Assistência à Saúde do SERPRO é um plano de saúde instituído na modalidade de Autogestão oferecido exclusivamente aos colaboradores e ex-empregados do SERPRO, além de dependentes e agregados por eles designados. Os beneficiários deste Plano são divididos em dois grupos, a saber:

Grupo I - Empregados ativos: empregados em efetivo exercício na Empresa, desde que tenham requerido sua adesão ao PAS/SERPRO, bem como seus dependentes, assegurando as limitações previstas em Regulamento. O custeio do Grupo I é de responsabilidade tanto do SERPRO (cujas contribuições são estabelecidas de acordo com a Referência Salarial do empregado) quanto dos próprios empregados, que contribuem com um valor fixo mensal (diferenciado por faixa etária) mais 20% por utilização em consultas médicas, a título de coparticipação.

Grupo II - Empregados inativos/agregados: os empregados ativos serão transferidos do Grupo I ao Grupo II quando do desligamento sem justa causa ou suspensão do contrato de trabalho, em razão de licença sem remuneração. Os agregados também serão incluídos no Plano de acordo com as limitações previstas em Regulamento. Diferentemente do Grupo I, o custeio do Grupo II não conta com a participação do SERPRO, mas tão somente dos próprios beneficiários do grupo e pelo empregado responsável pelo agregado vinculado. Os valores, assim como o grupo anterior, são fixos e diferenciados por faixa etária mais 20% por utilização em consultas médicas, a título de coparticipação.

A base de dados utilizada no cálculo atuarial está posicionada em setembro de 2025 e a data-base atuarial é de 31/12/2025.

Descrição	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026
Obrigações no início do exercício	167.388	234.476	280.425
Custo do serviço corrente	7.389	2.369	3.910
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	15.529	28.821	31.780
(Ganhos)/Perdas atuariais	44.170	14.759	0
(-) Benefícios pagos no ano	0	0	(7.248)
Obrigações no final do exercício	234.476	280.425	308.867
Ativos financeiros no final do exercício	0	0	0
(Déficit)/Superávit apurado	(234.476)	(280.425)	(308.866)

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente das obrigações atuariais totalizava R\$ 280,4 milhões. O Plano não possui Ativos.

Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas

A taxa de juros utilizada para apurar a obrigação atuarial tem o potencial de impactar significativamente os saldos, cuja análise de sensibilidade está apresentada a seguir:

Descrição	Total da Obrigação	31/12/2025
Real	280.425	0%
Aumento (1%)	252.103	-10%
Redução (1%)	311.916	11%

Sensibilidade da taxa de inflação médica sobre as obrigações calculadas

A taxa de inflação médica também é utilizada para apurar a obrigação atuarial e tem o potencial de impactar significativamente os saldos, cuja análise de sensibilidade está apresentada a seguir:

Descrição	Total da Obrigação	31/12/2025
Real	280.425	0%
Aumento (1%)	314.421	12%
Redução (1%)	249.621	-11%

Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Em 2025, houve aumento no Passivo Atuarial do Plano de Assistência à Saúde - PAS/ SERPRO, no montante total de R\$ 45,9 mi (de R\$234,5 milhões em 2024 para R\$ 280,4 milhões em 2025). O impacto em Outros Resultados Abrangentes foi no total de R\$ 44,2 milhões, reduzindo o Patrimônio Líquido.

Despesas a serem reconhecidas em 2026

Para o PAS/SERPRO, a estimativa de custo do serviço corrente, somada ao custo dos juros sobre as obrigações atuariais, totaliza R\$ 35,7 milhões ao longo do próximo exercício.

20.2.3.4 Programas de Desligamento

O Plano de Demissão Voluntária (PDV), denominado Programa Novos Horizontes, configura-se como uma iniciativa destinada a ajustar o quadro de pessoal do Serpro. Este programa, fundamentado na adesão voluntária, combina incentivos financeiros e sociais para assegurar que o desligamento ocorra de forma estruturada e com suporte adequado.

Os benefícios sociais asseguram que o empregado tenha suporte durante a transição. O incentivo relacionado ao plano de saúde assegura a participação da empresa no custeio por até cinco anos ou até o empregado completar 75 anos de idade, o que ocorrer primeiro.

Após o término do custeio pela empresa, o empregado pode permanecer no plano assumindo integralmente o custo das mensalidades. Dependentes podem permanecer no plano pelo mesmo período ou até perderem a condição de dependência, conforme regulamento vigente.

O incentivo social relacionado ao tiquete alimentação prevê o pagamento de até 60 meses do valor correspondente à participação da empresa, conforme o salário do empregado.

Descrição	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026
Obrigações no início do exercício	0	9.538	18.441
Custo do serviço corrente	0	0	0
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	0	940	1.615
(Ganhos)/Perdas atuariais	9.538	14.027	0
(-) Benefícios pagos no ano	0	(6.064)	(5.517)
Obrigações no final do exercício	9.538	18.441	14.539
Ativos financeiros no final do exercício	0	0	0
(Déficit)/Superávit apurado	(9.538)	(18.441)	(14.540)

A Companhia mantém provisão atuarial para cobertura de compromissos decorrentes de programas de desligamento voluntário.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente das obrigações associadas ao PDV totalizava R\$ 18,4 milhões.

Durante o exercício, a movimentação da obrigação refletiu:

- perdas atuariais reconhecidos em ORA de R\$ 14,0 milhões;
- juros atuariais líquidos de R\$ 939 mil.

Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas

A taxa de desconto é utilizada para apurar a obrigação atuarial e tem o potencial de impactar significativamente os saldos, cuja análise de sensibilidade está apresentada a seguir:

Descrição	Total da Obrigação	31/12/2025
Real	18.441	0
Aumento (1%)	18.221	-1,19%
Redução (1%)	18.667	1,23%

Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Em 2025, houve aumento no Passivo Atuarial dos Programas de Desligamento, no montante total de R\$ 8,9 mi (de R\$9,5 milhões em 2024 para R\$ 18,4 milhões em 2025). O impacto em Outros Resultados Abrangentes foi no total de R\$ 8,9 milhões, reduzindo o Patrimônio Líquido.

Despesas a serem reconhecidas em 2026

Para 2026, estima-se custo líquido de juros sobre a obrigação no montante de R\$ 1,6 milhão, valor que corresponde também à despesa projetada a ser reconhecida no resultado do exercício subsequente.

21. Arrendamento

21.1 Natureza dos Contratos de Arrendamento

O Serpro possui contratos de arrendamento relacionados à sua infraestrutura de tecnologia, que incluem o direito de uso de servidores, unidades de processamento e serviços em regime *on-premise*. Estes contratos, firmados em moeda estrangeira (dólar norte-americano), possuem prazos que variam de 5 a 7 anos e foram celebrados em diferentes períodos ao longo de 2025.

A classificação destes instrumentos como arrendamentos foi resultado de uma análise técnica detalhada, que concluiu que os contratos transferem ao Serpro o direito de controlar o uso de ativos identificados por um período determinado, em troca de contraprestação. O Serpro possui o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso dos ativos e de direcionar sua utilização ao longo do prazo contratual.

21.2 Prática Contábil

O Serpro adotou o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos e IFRS 16, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor do passivo de arrendamento reconhecido. Subsequentemente, é depreciado linearmente ao longo do prazo do arrendamento. Por ser um item não monetário, o ativo de direito de uso não é remensurado pela variação cambial.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados pela taxa incremental (IBR), uma vez que a taxa implícita nos contratos não é prontamente determinável. A IBR é apurada com base em dados observáveis de mercado para operações de prazo e moeda similares.

O passivo de arrendamento é subsequentemente acrescido dos juros e deduzido dos pagamentos efetuados. Por ser um passivo monetário em moeda estrangeira, seu saldo é remensurado anualmente pela taxa de câmbio de fechamento, com os efeitos da variação cambial reconhecidos no resultado financeiro.

A Entidade não possui contratos de arrendamento com prazo inferior a 12 meses ou de ativos de baixo valor, não aplicando, portanto, as exceções de reconhecimento previstas no CPC 06 (R2).

Os pagamentos de arrendamento incluem apenas as contraprestações pelo direito de uso do ativo. Pagamentos por serviços, manutenção e outras contraprestações variáveis não são incluídos no passivo de arrendamento e são reconhecidos como despesa no resultado quando incorridos.

21.2 Composição e Movimentação dos Saldos

Durante o exercício de 2025, o Serpro celebrou três contratos de arrendamento em início em janeiro, fevereiro e agosto. As tabelas a seguir demonstram a movimentação consolidada e a composição dos saldos de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2025:

Ativo de Direito de Uso

Descrição	2025
Saldo em 31/12/2024	0
Adições	1.211.155
(-)Depreciação	-87.900
Saldo em 31/12/2025	1.123.255

Passivo de Arrendamento

Descrição	2025
Saldo em 31/12/2024	-
Adições iniciais	1.446.510
Encargos a apropriar – iniciais	(235.355)
Valor Inicial Reconhecido	1.211.155
Pagamentos	(131.763)
Encargos Incorridos	2.430
Variações cambiais*	853
Saldo Antes da Remensuração	1.082.675
Remensuração	6.475
Saldo em 31/12/2025	1.089.150
Curto prazo	315.958
Longo prazo	773.192

*Variações cambiais são registradas quando do pagamento no resultado e não afetam o saldo do passivo.

Em 31 de dezembro de 2025 o valor presente do saldo de arrendamento do Serpro corresponde a R\$1,089 bilhões a valor presente. O saldo por tipo de contrato está evidenciado no quadro abaixo:

Passivo de Arrendamento - Equipamentos de TI

Início	Prazo Remanescente (Meses)	Taxa de Desconto (% a.a.)	Principal Valor Presente	Encargos a Apropriar	Valor Presente Líquido
Janeiro/2025	49	6,62%	20.469	(3.577)	16.892
Fevereiro/2025	74	6,77%	136.590	(27.127)	109.463
Agosto/2025	80	5,95%	1.166.178	(203.383)	962.795
			1.323.237	(234.087)	1.089.150

A tabela a seguir apresenta a análise de maturidade dos passivos de arrendamento, com base nos pagamentos contratuais nominais (não descontados) em 31 de dezembro de 2025:

Vencimento	Fluxo Nominal (R\$)
2026	185.363
2027	190.927
2028	193.836
2029	198.153
2030 em diante	554.958
Total	1.323.237

21.3 Risco Cambial

O passivo de arrendamento está denominado em dólar norte-americano, expondo o Serpro ao risco de variação cambial. A empresa mantém contratos e saldos em contas em moeda estrangeira, o que fornece um hedge natural, além disso monitora continuamente sua exposição cambial líquida e, em 31 de dezembro de 2025, com os dados existentes (relatório Focus apontava estabilidade para a cotação de R\$ 5,50 para o dólar).

Durante o exercício de 2025, o Serpro registrou variação cambial negativa no passivo de arrendamento de R\$ 6,4 milhões por motivo de remensuração no final do exercício, e quando dos pagamentos, na quantia realizada, o valor de R\$ 850 mil (aumento), refletindo as flutuações da taxa de câmbio durante o período. Conforme CPC 06 (R2), o ativo de direito de uso, por ser um item não monetário, não é remensurado pela variação cambial.

21.3.1 Análise de Sensibilidade Cambial

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade do passivo de arrendamento a variações na taxa de câmbio do dólar norte-americano. A análise considera uma taxa de câmbio média de R\$ 5,5024/USD em 31 de dezembro de 2025:

Varição Cambial	Taxa de Câmbio (R\$/USD)	Impacto no Passivo (R\$)	Varição (%)
+1,0% (Desvalorização do Real)	5,5574	1.108.860	+1,81%
+0,5% (Desvalorização do Real)	5,5299	1.099.062	+0,91%
Cenário Base	5,5024	1.089.150	-
-0,5% (Valorização do Real)	5,4749	1.077.485	-1,07%
-1,0% (Valorização do Real)	5,4474	1.065.951	-2,13%

Com base nas simulações realizadas, estima-se que uma variação de 1% na taxa de câmbio resulte em uma variação média entre +1,8% e -2,1% no saldo do passivo de arrendamento. As variações cambiais não realizadas são reconhecidas no resultado do período, sem efeito imediato sobre o caixa.

22. Patrimônio Líquido

A variação positiva de R\$ 335,1 milhões do Patrimônio Líquido ocorreu pelos seguintes fatos: a transferência da Reserva de Dividendos Adicionais para o Passivo ainda no mês de março (referente ao exercício de 2024), totalizando R\$ 228,5 milhões a menor no Patrimônio Líquido; o resultado do período de 2025 totalizando R\$ 755,1 milhões, com impacto positivo no Patrimônio Líquido; e a transferência de R\$ 179,6 milhões para o passivo referente a Dividendos do exercício de 2025, com impacto negativo no Patrimônio Líquido.

22.1 Capital social

O capital social do SERPRO manteve-se em R\$ 1.786,2 (um bilhão, setecentos e oitenta e seis milhões).

22.2 Reservas

22.2.1 Reservas de Reavaliação

	Edifícios	Terrenos	Tributos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	63.165	43.035	(15.323)	90.877
Reversão de alienação	-	-	-	-
Realização de reserva por depreciação	(1.304)	-	-	(1.304)
Atualização Imposto de Diferido	-	-	144	144
Saldo em 31 de dezembro de 2025	61.861	43.035	(15.179)	89.717

Constituída com base em laudo de reavaliação, efetuado em 2005, esta reserva possui o saldo de R\$ 89,7 milhões, líquidas dos tributos. De acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007, o saldo existente será mantido até sua efetiva realização.

22.2.2 Reservas de Lucros

Representa o saldo da Reserva Legal e Reserva de Retenção de Lucros para expansão, conforme tópicos a seguir.

22.2.2.1 Reserva Legal

O valor destinado para reserva legal no encerramento do exercício de 2025 foi de R\$ 37,7 milhões, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, compondo um saldo final de R\$ 200,5 milhões.

22.2.2.2 Reserva Retenção de Lucros

O saldo constituído no encerramento de 2025 dessa reserva montou o valor de R\$ 971,8 milhões, considerando a retenção no ano de R\$538,8 milhões. Os valores serão destinados ao reforço tecnológico das operações.

22.2.3 Dividendos e Destinação

Os dividendos mínimos para 2025 totalizaram R\$ 179,6 milhões, cuja memória e demais informações da Destinação do resultado constam no quadro a seguir, nos termos da Lei nº 6.404/1976.

Descrição	2025	2024
(a) Lucro Líquido do Exercício (LLE)	755.068	685.156
(b) Absorção dos prejuízos [art189]	0	0
(c) Participação estatutária [art190]	0	0
(d) LLE após Participações Estatutárias = (a)-(b)-(c)	755.068	685.156
(e) Reserva Legal = (d) x 5% [art193]	37.753	34.258
(f) Realização da Reserva de Reavaliação (Política de Dividendos)	1.160	2.049
(g) Ajustes de Exercícios Anteriores (AEA)	0	0
(h) LLE após Reserva Legal e AEA = (d) - (e) + (f) +/- (g)	718.475	652.947
(i) JCP/ Dividendos Mínimos obrigatórios (h) x 25% [art202]	179.619	163.237
(j) Saldo Remanescente a distribuir = (h) - (i)	538.856	489.710
(k) Reserva de Dividendos Adicionais Proposto/Requerido [art202]	0	228.532
(l) Reserva de Retenção de Lucros (j - k) [art196]	538.856	261.178

A destinação do resultado está em consonância com o Estatuto Social e com a Política de Dividendos.

22.2.4 Outros resultados abrangentes

Em Outros Resultados Abrangentes estão registrados ganhos e perdas com o valor justo dos instrumentos financeiros, e, principalmente, da remensuração do passivo atuarial com o Plano PS-I, com o Plano de Saúde - PAS/SERPRO e mais recentemente com o Programa de Desligamento (PDV), líquidos dos tributos diferidos. A variação (de R\$ 26,6 em dez/24 para R\$ 14,8 em dez/25) reflete o aumento do saldo do Passivo do Programa de Desligamento e do Plano PAS Serpro, de modo a melhor representar a avaliação.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Programas Previdenciários	206.504	206.504
Tributos Diferidos sobre Programas Previdenciários	(29.882)	(29.795)
Plano de Assistência à Saúde	(179.570)	(164.811)
Tributos Diferidos sobre Assist. à Saúde	25.984	23.780
Programa de Desligamento	(7.964)	(9.538)
Tributos Diferidos sobre Programa de Desligamento	1.152	1.376
Outros	(1.405)	(885)
Total	14.819	26.631

23. Resultado do exercício

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Receita Bruta	5.391.012	4.458.139
(-) Deduções	(651.932)	(532.429)
Receita operacional líquida	4.739.080	3.925.710
Custo dos serviços prestados	(2.424.083)	(2.033.467)
Lucro bruto	2.314.997	1.892.243
Despesas operacionais	(1.700.064)	(1.281.079)
Resultado financeiro	242.893	183.994
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	857.826	795.158
Tributos sobre o lucro	(102.758)	(110.002)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	755.068	685.156

23.1 Receita bruta

Nos termos do CPC 47, o SERPRO adota o critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. A receita é apropriada à medida que o serviço é prestado. Dessa forma, são contabilizadas, além das receitas efetivamente faturadas, as receitas a faturar na mesma competência. Utilizam-se estimativas e premissas que refletem o tamanho e a composição da carteira de clientes. Assim, contabiliza-se mensalmente a receita a faturar em valor estimado, com base na média observada nos 90 dias que antecedem o período considerado.

23.1.1 Composição da receita bruta por obrigação de desempenho

Descrição (obrigação de desempenho)	Dez/2025	Dez/2024
Hospedagem de Aplicações	2.959.785	2.776.920
Desenvolvimento e Manutenção de Software	367.526	265.816
Atendimento a Ambientes de Rede Local	146.027	134.940
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	116.156	113.243
Gestão de Margem Consignável	119.814	109.685
Serpro MultiCloud	370.446	102.150
Datavalid	104.856	88.536

Descrição (obrigação de desempenho)	Dez/2025	Dez/2024
Consulta Online Senatran	90.431	86.666
Consulta CPF	90.905	82.177
Radar - Sistema de Gestão de Infrações de Trânsito	85.337	78.258
Demais Obrigações de Desempenho	939.727	619.748
Total	5.391.010	4.458.139

23.1.2 Composição da receita bruta dos maiores clientes

O Serpro atende clientes públicos, tanto os que participam do Orçamento Geral da União (OGU) quanto as entidades desvinculadas do OGU, além de entidades do setor privado e pessoas físicas. Embora a carteira de clientes públicos seja predominante, em razão das características institucionais definidas na Lei de Criação, ao longo dos últimos anos o Serpro tem ampliado a carteira de clientes privados.

Até dezembro de 2025, a receita bruta com os 05 maiores clientes públicos (OGU e Não OGU) alcançou R\$ 3.640,8 milhões, ante os R\$ 2.890,6 milhões no mesmo período do ano de 2024, com destaque para a Receita Federal e o Ministério da Gestão e da Inovação, conforme destacado a seguir:

Cliente Público	Dez/2025	Dez/2024
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.985.324	1.683.526
MGI - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	996.862	697.077
Caixa Econômica Federal	284.345	149.592
Secretaria do Tesouro Nacional	180.530	174.948
Ministério dos Transportes	193.746	185.495
Total 5 maiores clientes Públicos	3.640.807	2.890.638

Até o mês de dezembro de 2025, a receita bruta com os 05 maiores clientes privados alcançou R\$ 133,8 milhões, ante os R\$ 96,9 milhões no mesmo período do ano de 2024, com destaque para a Valid Soluções SA e a Brasil Bolsa Balcão B3, conforme destacado a seguir:

Cliente Privado	Dez/2025	Dez/2024
Valid Soluções SA	41.370	36.870
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	36.114	34.384
Conselho Curador Honorários Advocatícios	22.444	10.227
Serasa SA	17.998	2.980
Acesso Digital Tecnologia	15.912	12.476
Total 5 maiores clientes Privados	133.838	96.937

Cumprir destacar que o Serpro presta serviços também para o mercado internacional, atualmente com consultorias e processamento de dados. A receita bruta com os 05 maiores clientes somou R\$ 24,8 milhões, frente aos R\$ 3,2 milhões em 2024, com destaque para o Serviço de Tecnologias de Informação e Comunicação das Finanças Públicas de Angola e a Incode Technologies dos Estados Unidos da América, conforme destacado a seguir:

Cliente Internacional	Dez/25	Dez/24
Serviço de Tec da Informação FP - Angola	12.698	0
Incode Technologies Inc.	7.240	116
Radiance Sea Hong Kong Limited	2.188	992
Sum and Substance Ltd	1.566	1.871
Jumio Corporation	1.116	237
Total 5 maiores clientes Internacionais	24.808	3.216

23.2 Receita líquida

A receita líquida apresentou um acréscimo de R\$813,4 milhões quando comparada ao mesmo período do exercício anterior, acompanhando a variação da Receita Bruta.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Receita bruta	5.391.012	4.458.139
Deduções da Receita	(651.932)	(532.428)
(-) ISS	(56.236)	(59.498)
(-) PIS / PASEP	(41.724)	(39.513)
(-) COFINS	(192.390)	(182.038)
(-) ICMS	(29)	(14)
(-) CPRB	(174.754)	(166.762)
(-) Descontos concedidos	(1.861)	(3.003)
(-) Vendas canceladas	(184.938)	(81.600)
Receita operacional líquida	4.739.080	3.925.711

Quanto aos elementos que formaram a Receita Líquida, destacam-se: a redução da CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, em função da reoneração gradual da folha de pagamento; o aumento das Vendas Canceladas, motivado por correção de procedimentos internos na ferramenta de ERP que processa o faturamento.

23.3 Custos e despesas totais

No exercício de 2025, foi realizada uma atualização no critério de direcionamento dos gastos por função, com reflexo na classificação contábil entre custos e despesas. Tal atualização decorre de uma mudança de estimativa contábil, resultante de uma compreensão mais precisa da natureza e finalidade dos subprocessos envolvidos na execução das atividades da entidade.

A evolução no modelo adotado permitiu aprimorar a alocação dos gastos às respectivas funções, considerando sua vinculação direta às entregas realizadas. Com isso: (i) A classificação como Custo dos Serviços Prestados (CSP) passou

a considerar de forma simultânea a natureza externa do serviço e a classificação funcional do subprocesso; (ii) Foi promovida uma reavaliação da natureza funcional de alguns subprocessos, com base em critérios técnicos atualizados. Como resultado, 22 subprocessos foram reclassificados de custo para despesa, e 2 de despesa para custo, refletindo melhor a essência econômica das transações.

Essa alteração não representa mudança de política contábil nem correção de erro, mas de um aprimoramento na aplicação dos critérios técnicos de alocação funcional, decorrente da evolução natural dos critérios de estimativa utilizados na classificação funcional dos gastos, conforme permitido pelas normas contábeis aplicáveis.

A fim de tornar transparente o efeito das referidas melhorias, apresenta-se nos quadros comparativos tanto o modelo atualizado quanto o custo publicado anteriormente.

23.3.1 Composição dos custos dos serviços prestados

Descrição	Dez/2025	Dez/2024 Reclassificado	Dez/2024 Publicado	Reclassificações
Despesas de Pessoal	(1.479.513)	(1.302.559)	(1.415.803)	113.244
Depreciação/Amortização	(156.700)	(142.038)	(188.173)	46.135
Locação	(169.751)	(163.218)	(197.261)	34.043
Manutenção	(129.042)	(130.831)	(153.077)	22.246
Comunicação	(14.740)	(16.399)	(16.747)	348
Serviços Profissionais	(208.608)	(61.534)	(57.676)	(3.858)
Serviços Públicos	(14.164)	(17.946)	(21.666)	3.720
Créditos a Receber	-	0	-	0
Operações Tributárias	(15.433)	6.137	6.210	(73)
Créditos Tributários	105.563	541.025	541.025	0
Despesas Tributárias	(120.996)	(534.888)	(534.815)	(73)
Materiais	(1.563)	(1.488)	(2.034)	546
Gastos com Viagens	(5.544)	(5.075)	(15.971)	10.896
Ação Educacional	(1.193)	(1.282)	0	(1.282)
Publicidade	(7)	(13)	0	(13)
Resultado com ações Judiciais	0	0	0	0
Exploração de Serviços	(232.045)	(198.936)	(199.307)	371
Outros custos	4.220	1.715	(2)	1.717
Totais	(2.424.083)	(2.033.467)	(2.261.507)	228.040

23.3.2. Despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas por natureza

23.3.2.1 Despesas com vendas

Descrição	Dez/2024		Dez/2024 Publicado	Reclassificações
	Dez/2025	Reclassificado		
Despesas de Pessoal	(94.995)	(71.046)	(241.711)	170.665
Depreciação/Amortização	(435)	(388)	(1.504)	1.116
Locação	(220)	(310)	(706)	396
Manutenção	(2.097)	(1.875)	(6.975)	5.100
Comunicação	(78)	(66)	(156)	90
Serviços Profissionais	(1.201)	(1.115)	(9.810)	8.695
Serviços Públicos	(380)	(730)	(3.397)	2.667
Créditos a Receber	-	0	0	0
Operações Tributárias	(1)	(19)	(116)	97
Créditos Tributários	0	0	0	0
Despesas Tributárias	(1)	(19)	(116)	97
Materiais	(154)	(38)	(108)	70
Gastos com Viagens	(2.006)	(2.020)	0	(2.020)
Ação Educacional	(109)	(98)	0	(98)
Publicidade	(8.451)	(6.276)	0	(6.276)
Resultado com ações Judiciais	0	0	0	0
Exploração de Serviços	0	0	0	0
Outras despesas	(2.110)	(1.629)	(21.051)	19.422
Totais	(112.237)	(85.610)	(285.534)	199.924

23.3.2.2 Despesas Gerais e Administrativas

Descrição	Set/2024		Dez/2024 Publicado	Reclassificações
	Dez/2025	Reclassificado		
Despesas de Pessoal	(1.014.449)	(884.336)	(600.426)	(283.910)
Depreciação/Amortização	(173.056)	(84.811)	(37.559)	(47.252)
Locação	(33.599)	(40.076)	(5.636)	(34.440)
Manutenção	(46.257)	(40.500)	(13.153)	(27.347)
Comunicação	(1.485)	(1.658)	(1.221)	(437)
Serviços Profissionais	(85.815)	(69.994)	(47.808)	(22.186)
Serviços Públicos	(13.454)	(9.857)	(3.471)	(6.386)
Créditos a Receber	-	0	0	0
Operações Tributárias	(16.500)	(5.839)	(5.814)	(25)
Créditos Tributários	0	0	0	0
Despesas Tributárias	(16.500)	(5.839)	(5.814)	(25)
Materiais	(983)	(887)	(271)	(616)
Gastos com Viagens	(9.156)	(13.702)	0	(13.702)
Ação Educacional	(6.504)	(7.677)	0	(7.677)
Publicidade	(3.141)	(1.697)	0	(1.697)
Resultado com ações Judiciais	(186.696)	(58.557)	(58.557)	0
Exploração de Serviços	(1.043)	(371)	0	(371)
Outras despesas	5.326	6.018	(12.065)	18.083
Totais	(1.586.812)	(1.213.944)	(785.981)	(427.963)

23.3.2.3 Ganhos/Perdas Líquidas e Outras despesas e receitas operacionais

Descrição	Perdas Líquidas		Outras despesas e receitas operacionais	
	Dez/2025	Dez/2024	Dez/2025	Dez/2024
Despesas de Pessoal	0	0	0	0
Depreciação/Amortização	0	0	0	0
Locação	0	0	0	0
Manutenção	0	0	0	0
Comunicação	0	0	0	0
Serviços Profissionais	0	0	0	0
Serviços Públicos	0	0	0	0
Créditos a Receber	3.911	40.340	0	0
Operações Tributárias	0	0	0	0
Créditos Tributários	0	0	0	0
Despesas Tributárias	0	0	0	0
Materiais	0	0	0	0
Gastos com Viagens	0	0	0	0
Ação Educacional	0	0	0	0
Publicidade	0	0	0	0
Resultado com ações				
Judiciais	0	0	0	0
Exploração de Serviços	0	0	0	0
Outras despesas	0	0	(4.926)	(21.864)
Totais	3.911	40.340	(4.926)	(21.864)

23.3.3 Gasto total

O quadro abaixo apresenta os custos dos serviços prestados somados às despesas operacionais, apresentado de forma comparativa.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024	Set/2024	Reclassificações
		Reclassificado	Publicado	
Despesas de Pessoal	(2.588.957)	(2.257.940)	(2.257.940)	0
Depreciação/Amortização	(330.191)	(227.236)	(227.236)	0
Locação	(203.570)	(203.603)	(203.603)	0
Manutenção	(177.396)	(173.205)	(173.205)	0
Comunicação	(16.303)	(18.124)	(18.124)	0
Serviços Profissionais	(295.624)	(132.643)	(115.294)	(17.349)
Serviços Públicos	(27.998)	(28.534)	(28.534)	0
Créditos a Receber	3.911	40.340	40.340	0
Operações Tributárias	(31.934)	280	280	0
Créditos Tributários	105.563	541.025	541.025	0
Despesas Tributárias	(137.497)	(540.745)	(540.745)	0
Materiais	(2.700)	(2.413)	(2.413)	0
Gastos com Viagens	(16.706)	(20.797)	(15.971)	(4.826)
Ação Educacional	(7.806)	(9.057)	0	(9.057)
Publicidade	(11.599)	(7.986)	0	(7.986)
Resultado com ações				
Judiciais	(186.696)	(58.557)	(58.557)	0
Exploração de Serviços	(233.088)	(199.307)	(199.307)	0
Outros	2.510	(15.763)	(54.982)	39.219
Totais	(4.124.147)	(3.314.545)	(3.314.546)	1

A estrutura de gastos do SERPRO de R\$ 4.124,1 milhões foi composta de 58,8% (R\$ 2.424,1 milhões) de custos e 41,2% (R\$ 1.700,0 milhões) de despesas. Houve ampliação de R\$ 809,6 milhões do gasto total (24,4%), na base comparativa, frente ao mesmo período do ano anterior.

Das despesas apresentadas, destacam-se:

Despesas com pessoal, aumento de R\$ 331,0 milhões (14,7%): Os gastos com pessoal e benefícios totalizaram R\$ 2.589,0 milhões até dezembro de 2025. A variação reflete tanto fatores estruturais da folha quanto efeitos conjunturais. O CSP respondeu por R\$ 1.479,5 milhões, com alta de 13,6% (+R\$ 176,9 milhões), enquanto as despesas de pessoal não diretamente relacionadas à prestação de serviços somaram R\$ 1.109,4 milhões, crescendo 16,1% (+R\$ 154,0 milhões). Entre os principais vetores de elevação destacam-se os novos empregados (+R\$ 56,5 milhões), e o crescimento vegetativo da folha (+R\$ 112,2 milhões, resultante de anuênios, promoções e reajustes anteriores). Também houve impacto da incorporação de gratificações (+R\$ 25,6 milhões) e dos incentivos ao PDV (+R\$ 18,3 milhões). Nos encargos sociais, observou-se um avanço de 53,2% (+R\$ 117,1 milhões), impulsionado principalmente pela contribuição ao INSS (+122,2%, ou +R\$ 103,4 milhões), refletindo a reoneração e o aumento do contingente de empregados.

Serviços Profissionais, aumento de R\$ 163,0 milhões (122,9%): O crescimento foi impulsionado pelos gastos de Nuvem e Tecnologias (+R\$149,9 milhões), com destaque para os contratos voltados à modernização tecnológica e suporte operacional visando o atendimento de negócios, com destaque para a Nuvem Soberana. Os cinco principais serviços que compõem o grupo “Serviços Profissionais” estão apresentados a seguir.

Descrição	Dez/25	Dez/24
Nuvem e Tecnologias (Parcerias)	(180.347)	(30.465)
Despesas Operacionais Cassi	(24.877)	(25.184)
Consultoria de TI	(21.760)	(17.247)
Serv. Vigilância e Segurança	(19.484)	(18.682)
Serv. de Limpeza	(11.172)	(10.063)
Demais Serviços Contratados	(37.983)	(31.002)
Total	(295.623)	(132.643)

Depreciação e Amortização, aumento de R\$ 102,9 milhões (45,3%): A depreciação dos equipamentos de TI arrendados contribuiu para o aumento dos saldos em R\$ 87,9 milhões em 2025 (o saldo em 2024 era zero), enquanto os R\$ 15,0 milhões restantes de variação referem-se ao crescimento da depreciação decorrente da atualização do parque tecnológico.

Ações Judiciais, aumento de R\$ 128,1 milhões frente aos do exercício anterior: O aumento observado decorre da conjuntura jurídica que, no ano anterior, foi favorável ao Serpro com a reversão de provisões judiciais. Em 2024 houve uma reversão de R\$ 86,2 milhões, decorrente da mudança no critério de aplicação de juros sobre o valor de processos trabalhistas em decisões favoráveis ao Serpro.

Por fim, observa-se assimetria no crescimento das estruturas de gasto, com os Custos dos Serviços Prestados avançando 19,2%, enquanto as Despesas cresceram em ritmo superior (32,7%), puxadas principalmente pelas Despesas Administrativas (+30,7%) e pelas Despesas com Vendas (+31,1%). No campo administrativo, destacam-se os efeitos do reconhecimento das medidas compensatórias (+181,1%) e de despesas associadas a programas internos, fatores que contribuíram para a elevação das rubricas de pessoal e custeio. Já nas despesas com vendas, o movimento reflete maior direcionamento de recursos para suporte comercial e operacional, além da ampliação de atividades relacionadas à expansão dos serviços.

23.4 Resultado Financeiro

Receitas Financeiras	Dez/2025	Dez/2024
Juros sobre aplicações financeiras	215.573	141.467
Atualização sobre créditos tributários	24.320	11.004
Multas e juros de clientes	33.268	29.594
Atualização de depósitos judiciais (alvarás)	18.714	12.619
Atualização de créditos junto à EFPC	7.587	8.120
Variações cambiais de arrendamentos	14.548	-
Outras receitas financeiras	12.117	9.098
Total das Receitas Financeiras	326.127	211.902

Despesas Financeiras	Dez/2025	Dez/2024
Atualização de dividendos	9.425	6.657
Juros e atualizações monetárias (PAT-SP)	9.451	10.104
Variações cambiais	8.125	1.162
Descontos concedidos a clientes	32.575	8.276
Juros e variações cambiais de arrendamentos	22.601	-
Outras despesas financeiras	1.057	1.709
Total das Despesas Financeiras	83.234	27.908

Resultado Financeiro	242.893	183.994
-----------------------------	----------------	----------------

A variação da receita financeira decorreu, principalmente, do aumento dos juros sobre as aplicações financeiras, pela manutenção de recursos em contas de rendimento para cobrir as necessidades de caixa futuras. Quanto à variação da despesa financeira, destaca-se a atualização dos dividendos (obrigatório e adicional) até a data do efetivo pagamento, bem como o aumento das variações cambiais ocorridas no período.

23.5 Tributos sobre o lucro

O SERPRO apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real, na modalidade anual.

No exercício de 2019, amparado em decisão na Ação Cível Originária-2.658/DF transitada em julgado e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou-se a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real o resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e às entidades públicas, mantendo a tributação sobre o resultado da parcela não imune (serviços prestados a entidades privadas). Por inexistir regra específica para as empresas públicas, quanto à escrituração das obrigações acessórias para apuração dos resultados imune e não imune, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada.

23.5.1 Imposto de Renda – IRPJ e Contribuição Social – CSLL

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
IRPJ e CSLL correntes	(116.745)	(17.817)
IRPJ e CSLL diferidas	13.987	(92.185)
Total	(102.758)	(110.002)

23.5.2 Conciliação da despesa com IRPJ e CSLL

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	857.826	795.158
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(291.661)	(270.354)
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	174.916	252.537
Exclusão de lucro atribuído ao setor público	121.090	129.144
Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	(32.518)	174.146
Juros sobre capital próprio	61.070	52.350
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	21.342	(79.414)
Outras adições e exclusões	(2.085)	(28.345)
Incentivos Fiscais – Inovação Tecnológica	3.798	4.656
Incentivos Fiscais – PAT e Licença Maternidade	2.219	-
(c) Total dos Tributos Correntes (a) + (b)	(116.745)	(17.817)
Reversão Tributos s/ Prejuízo Fiscal	-	-
Constituição/Reversão de tributos diferidos s/ diferenças temporárias	13.987	(92.185)
(d) Total dos Tributos Diferidos	13.987	(92.185)
(e) Total dos Tributos Correntes e Diferidos (c) + (d)	(102.758)	(110.002)
Alíquota efetiva (Total / Lucro)	-11,98%	-13,83%

A alteração da alíquota efetiva de 2024 para 2025 decorre, principalmente, dos reflexos nas diferenças temporárias ajustadas, detalhadas no quadro a seguir:

Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	Dez/2025	Dez/2024
Provisão Ativa Receita a Faturar	(32.114)	(7.738)
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	89.573	(19.025)
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	(11.354)	(107.226)
Passivo atuarial	41.668	44.405
Provisões sobre imunidade tributárias	(2.745)	(414.386)
Provisões sobre Medidas Compensatórias	17.174	(41.071)
Demais provisões passivas	(6.561)	32.847
Total	95.641	(512.194)
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões temporárias	(32.518)	174.146

23.5.3 Apuração do lucro atribuído ao setor público, com exclusão do IRPJ

Descrição	Dez/2025	%	Dez/2024	%
Receita Operacional Líquida	4.739.080		3.925.710	
(+/-) Receita operacional líquida a faturar	(32.114)		(7.738)	
Receita Operacional Líquida a distribuir	4.706.966		3.917.972	
Receita líquida atribuída ao setor público	3.677.037	78,1190	3.067.248	78,2866
Receita líquida atribuída ao setor privado	1.029.929	21,8810	850.724	21,7134

Descrição	Dez/2025		Dez/2024	
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro	857.826		795.158	
Adições/Exclusões	(237.799)		(135.304)	
Tributos com exigibilidade suspensa	8.513		33.802	
Realização de Reserva de Reavaliação	1.304		1.344	
Ajuste art 58 da Lei nº 12973/14	133		169	
Outras Despesas e Receita art 187 Lei nº 6404/76	4.892		21.812	
Receita Financeira que excede a despesa financeira	(252.641)		(192.431)	
Lucro Líquido ajustado a atribuir	620.027	%	659.854	%
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ	484.359	78,1190	516.577	78,2866
Lucro atribuído ao Setor Privado	135.668	21,8810	143.277	21,7134
IR s/ Lucro atribuído ao Setor Público	121.090		129.144	

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação de serviço atribuído ao setor público imune de IRPJ (R\$ 328,9 milhões), que corresponde à exclusão de R\$ 121,1 milhões do IRPJ corrente.

23.5.4 Movimentação de saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Descrição	Dez/2024	DRE	PL	Dez/2025
(a) Ativo fiscal diferido – Não Circulante	163.155	23.410	2.133	188.698
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	54.282	16.773		71.055
Passivo atuarial	5.412	6.059	1.894	13.365
Provisões sobre imunidade tributárias	44.923	(267)		44.656
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	14.691	(1.600)		13.091
Provisões trabalhistas	25.807	863		26.670
Medidas compensatórias	12.196	2.520		14.716
Outras provisões	5.844	(938)	239	5.145
(b) Passivo fiscal diferido – Não Circulante	(72.896)	(9.423)	0	(82.319)
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	(22.295)	(4.712)		(27.007)
Provisões de processos trabalhistas – PSE	(17.650)	(3.706)		(21.356)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(15.323)	144		(15.179)
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(17.628)	(1.149)		(18.777)
(c) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante (b) + (c)	90.259	13.987	2.133	106.379

Os tributos diferidos foram reconhecidos com a aplicação das alíquotas nominais da contribuição social (9%) e do imposto de renda (25%) sobre as diferenças tributárias temporárias dedutíveis e tributáveis, conforme CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. O saldo líquido de R\$ 106,4 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 188,7 milhões) e o passivo fiscal diferido (R\$ 82,3 milhões). O crédito relativo às provisões sobre imunidade tributárias foi constituído sobre o ISS, PASEP/COFINS a devolver aos clientes e sua reversão ocorrerá na liquidação dessas provisões. O IRPJ diferido passou, a partir de dezembro de 2021, a ser constituído sobre a base fiscal das diferenças temporárias (provisões ativas e passivas) excluída da parcela proporcional ao setor público, mantendo equivalência com o tributo corrente provisionado.

23.5.5 Reflexo da aplicação da imunidade tributária no IRPJ

Na apuração dos tributos correntes, a imunidade teve os seguintes impactos:

Descrição	Com Imunidade	Sem Imunidade	Efeito
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	857.826	857.826	0
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(291.661)	(291.661)	-
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	174.916	35.902	139.014
Incentivos fiscais	2.219	5.637	(3.418)
Demais adições e exclusões (afetaram o cálculo tributário)	30.265	30.265	-
Exclusão do lucro atribuído ao setor público	121.090	-	121.090
AFD sobre Prejuízo Fiscal não constituído	21.342	-	21.342
(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (a) + (b)	(116.745)	(255.759)	139.014

Sem a aplicação da Imunidade tributária, a despesa aumentaria em R\$ 139,0 milhões, considerando o acréscimo do lucro atribuído ao setor público.

Nos termos do ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, sobre como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 -Tributos sobre o lucro, a empresa avaliou os requisitos da norma e não identificou impacto quanto à contabilização de passivos, visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

24. Partes relacionadas

Conforme política específica sobre o tema, Partes Relacionadas são as pessoas ou entidades que estejam relacionadas com o pessoal-chave da administração do Serpro, sendo consideradas: (i) a União, as empresas estatais e as pessoas físicas e jurídicas que possuem influência significativa; (ii) ex pessoal-chave da administração, inativo ou aposentado do Serpro, desde que tenham comprovada influência significativa; (iii) qualquer pessoa física ou jurídica que tenha controle ou poder de voto sobre o Serpro, individual ou em conjunto, direta ou indiretamente, caracterizando influência significativa; (iv) pessoal-chave da administração do Serpros – Fundo Multipatrocinado que esteja incumbido de manter plano de benefício pós-emprego dos empregados do Serpro; e (v) membros da família ou próximos da família da pessoa em condição de Parte Relacionada. Considera-se União para fins de transação com partes relacionadas os órgãos do Poder Executivo, seja da Administração Federal Direta ou Indireta.

24.1 Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC

A EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado é considerada parte relacionada do SERPRO, nos termos que definem a NBC

TG 05, tendo em vista que os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade são formados, paritariamente, por conselheiros indicados pela Patrocinadora SERPRO e por conselheiros eleitos pelos participantes e assistidos.

24.1.1 Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado - Balanço

Operação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Letras Tesouro Santa Catarina		129.766		
Retenções e repasses			7	
Contribuições Paritárias			2.200	
Ações de Cobrança			13.344	
Total		129.766	15.551	

O valor de R\$ 129,8 milhões no Ativo Não Circulante (faz parte do grupo Créditos Realizáveis a Longo Prazo) refere-se à parte que cabe ao SERPRO sobre o Precatório n.º 0000779-13.2013.8.24.0500, resultante da Ação de Cobrança e Indenização por Perdas e Danos (Processo n.º 0385848-57.2006.8.24.0023). É importante destacar que a titularidade do precatório pertence ao SERPROS, cabendo à Patrocinadora o percentual de 42,72499%, conforme previsto em contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo). O crédito atualizado do precatório até 31/12/2025 é de R\$ 313,1 milhões, dos quais 3% são destinados a pagamento de honorários advocatícios. A posição na lista de recebimento de precatórios do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é a 640ª posição, no final de dezembro de 2025.

24.1.2 – Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado - DRE

Operação	(Despesas) / Receitas até dez/2025
Contribuições à EFPC	(153.289)
Atualização Monetária – Letras Financeiras de Santa Catarina	7.587
Total	(145.702)

24.1.3 Composição dos Conselhos e Diretoria da Entidade

Descrição			Indicação	Eleição
Conselho Deliberativo (CDE)	Presidente	Kleber Pereira dos Santos	x	
	Conselheiro	Paulo Mendonça Júnior	x	
	Conselheiro	Felipe Porto Padilha	x	
	Conselheiro	Joyce Neyara Santos Lobo		x
	Conselheiro	Maurício Vasconcellos Saraiva		x
Conselho Fiscal (COF)	Conselheiro	Marco Aurélio Sobrosa Friedl		x
	Presidente	Ana Maria Mallmann Costi		x
	Conselheiro	Tiago Corrêa de Araujo		x
	Conselheiro	Guaraçay Augusto Ribeiro da Silva	x	
	Conselheiro	Fernanda Pereira da Rosa Gomes	x	

			Participante/ Beneficiário	Eleição
Diretoria Executiva (DE)	Diretor-Presidente	Edilene dos Reis Rocha Araújo	x	
	Diretor Seguridade	Alexandre José Valadares Jordão	x	x
	Diretor Investimento	Leonardo Dias Baptista Gomes	x	

Conforme estabelecido no Estatuto Social, o Conselho Deliberativo da EFPC é composto de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) indicados pela Patrocinadora SERPRO e os demais escolhidos pelos participantes e assistidos, por meio de eleição direta. O Conselho Fiscal, composto de 4 (quatro) membros, também apresenta composição paritária, sendo 2 (dois) indicados pela Patrocinadora e os demais eleitos. A Diretoria Executiva, órgão de administração geral da EFPC SERPROS, é composta por 3 (três) membros, sendo que pelo menos 2 (dois) participantes devem ser ou receber benefício da EFPC SERPROS.

24.2 Transações com a União

No Serpro, conforme política específica, as transações com partes relacionadas abrangem as operações com a União e com as demais empresas estatais.

24.2.1 – Operações de venda

O Serpro mantém contratos de prestação de serviços com entidades do Setor Público Federal, cujo faturamento até o 4º Trimestre de 2025 somou R\$ 4.083,7 milhões. A relação dos 10 maiores, que representam 91,8% do total, está apresentada a seguir, com destaque para a Secretaria da Receita Federal e para o Ministério de Gestão, Inovação e Serviços Públicos.

	Receita Bruta 4º Tri 2025	Receita Bruta 4º Tri 2024	Δ %	Receita Bruta Anual 2025	Receita Bruta Anual 2024	Δ %
Secretaria da Receita Federal do Brasil	462.270	428.505	7,9%	1.784.734	1.683.526	6,0%
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	327.181	256.323	27,6%	996.101	697.077	42,9%
Caixa Econômica Federal	121.614	42.396	186,9%	283.217	149.647	89,3%
Ministério dos Transportes	51.785	65.176	-20,5%	193.612	185.495	4,4%
Secretaria do Tesouro Nacional	59.624	50.104	19,0%	180.530	174.948	3,2%
MF Procuradoria Geral Fazenda Nacional	46.176	42.532	8,6%	178.379	167.524	6,5%
Ministério da Justiça e Segurança Pública	28.764	9.360	207,3%	88.554	53.940	64,2%
Ministério da Saúde	17.100	2.048	735,1%	32.932	13.006	153,2%
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	4.075	6.376	-36,1%	32.632	26.581	22,8%
Dnit-Departamento Nacional de Infraest.	3.193	8.455	-62,2%	28.876	32.429	-11,0%
Demais Clientes	80.376	64.626	24,4%	284.125	284.315	-0,1%
Total	1.202.158	975.901		4.083.692	3.468.488	

	Valores em aberto 2025	Valores em aberto de anos anteriores	Valores em aberto TOTAL
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	299.892	5.528	305.420
MF Procuradoria Geral Fazenda Nacional	30.233	57	30.290
Caixa Econômica Federal	19.732	13	19.745
Secretaria da Receita Federal do Brasil	13.016	0	13.016
Ministério da Justiça e Segurança Pública	9.746	2.556	12.302
Ministério da Saúde	12.236	10	12.246
Departamento Nacional de Infraestrutura	3.223	1.596	4.819
Ministério da Agricultura e Pecuária	3.720	174	3.894
Empresa de Tecn e Informações da Previdência	3.377	0	3.377
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	2.199	94	2.293
Demais clientes	20.501	4.589	25.090
Total	417.875	14.617	432.492

Quanto aos valores em aberto, apresentados no quadro anterior, estes estão distribuídos conforme a seguir, separados pela idade dos créditos a receber:

Descrição	dez/25	%
Créditos a receber de clientes a vencer	393.135	91%
Vencidos até 30 dias	14.975	3%
Vencidos de 31 a 60 dias	968	0%
Vencidos de 61 a 90 dias	3.024	1%
Vencidos de 91 a 180 dias	7.467	2%
Vencidos de 181 a 365 dias	3.690	1%
Vencidos mais de 365 dias	9.233	2%
Total	432.492	100%

24.2.2 – Operações Financeiras: Aplicações e Depósitos Judiciais

O Serpro mantém no Banco do Brasil (BB) e na Caixa Econômica Federal (CEF), duas instituições financeiras vinculadas à Administração Pública Federal, o excedente de caixa no importe de R\$ 2.523,5 milhões (Nota 4) e os depósitos judiciais e recursais efetuados a pedido da justiça alcançaram o montante de R\$ 373,0 milhões (Nota 19.3).

24.2.3 – Ressarcimento de gastos com cessão de pessoas – Balanço Patrimonial

O SERPRO, nos termos da legislação vigente (Decreto nº10.835/2021), é responsável pela folha de pagamento dos empregados cedidos a órgãos externos (Pessoal de Serviço Externo – PSE), assim como por outras obrigações correlatas. Os pagamentos realizados ordinariamente são reconhecidos como direito a receber dos cessionários, como créditos a receber, a partir da emissão de documentos denominados Notas de Ressarcimento (NR).

Já os valores de ressarcimento relativos às sentenças judiciais e processos trabalhistas são reconhecidos no ativo, considerando o que preconiza o Parecer GQ nº 56, emitido em 1995 pela AGU.

Ao final de dezembro de 2025, o SERPRO contava com 1.281 empregados cedidos a órgãos externos, em sua grande maioria, vinculados ao Ministério da Fazenda.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Ressarcimento - Folha de pagamento	50.708	54.322
Ressarcimento - Sentenças judiciais	4.595	52
Total Circulante	55.303	54.374

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Ressarcimento - Sentenças judiciais	143.139	155.642
Ressarcimento - Processos Trabalhistas	147.586	122.331
Total Não Circulante	290.725	277.973

No circulante o saldo de maior destaque (R\$ 50,7 milhões em 2025) é referente às Notas de Ressarcimento (NR) emitidas contra órgãos da administração pública federal pelas obrigações mensais. Já no ativo não circulante constam saldos a receber relacionados às sentenças judiciais de PSEs, em que o Serpro desembolsou recursos para tais pagamentos e, posteriormente, emitiu NRs contra os órgãos de atuação desses PSEs.

24.2.3.1 – Ressarcimento de gastos com cessão de pessoas - Resultado

O Serpro emite Notas de Ressarcimento (NR) para reaver gastos com a folha de pagamento de empregados que se encontram cedidos a órgãos da Administração Pública. Até o encerramento de 2025 foram emitidos R\$ 225,5 milhões em NRs, cujos 10 órgãos em maior volume financeiro (96,8% do total) encontram-se elencados a seguir:

	Valor Anual 2025	Valor Anual 2024	Δ %
Secretaria da Receita Federal do Brasil	143.317	152.232	-5,9%
Minist da Fazenda	28.163	27.236	3,4%
Advocacia-Geral da União	16.088	17.592	-8,5%
Minist Gestão Inovação Serv Públicos	16.051	17.631	-9,0%
Presidência da República	5.793	6.647	-12,9%
Minist do Trabalho e Emprego	4.840	5.419	-10,7%
Minist Desenvolvimento e Assistência Social	1.025	918	11,7%
Centro Gestor de Proteção à Amazônia	1.018	1.079	-5,6%
Minist Planejamento e Orçamento	987	812	21,6%
Ministério Público da União	928	1.518	-38,9%
Demais Cessionários	7.248	12.230	-40,7%
Total	225.458	243.314	

24.2.4 – Medidas Compensatórias

As Medidas Compensatórias são valores que o Serpro devolve a alguns clientes, decorrentes da exploração de serviços pelo Serpro, por meio da utilização da base de dados de propriedade dos clientes. Contabilmente estão registradas como custo dos serviços prestados. Os valores devolvidos no período estão apresentados a seguir:

	Valor Anual 2025	Valor Anual 2024	Δ %
Secretaria da Receita Federal do Brasil	134.707	107.986	24,7%
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	48.310	82.923	-41,7%
Ministério dos Transportes	32.896	24.883	32,2%
Total	215.913	215.792	0,056%

24.2.5 – Compartilhamento de Espaços

O Serpro aperfeiçoa continuamente a gestão dos espaços físicos, inclusive com o compartilhamento de espaços com órgãos da Administração Pública. Durante todo o ano de 2025 foram recuperados R\$ 10,2 milhões, cujos 05 principais órgãos estão destacados na lista a seguir:

	Valor Anual 2025	Valor Anual 2024	Δ %
Instit Bras de Geografia e Estatística	2.326	0	-
Defensoria Pública da União	1.562	463	237,4%
Agência Nacional de Transportes Terrestres	1.474	1.619	-9,0%
Instituto Nacional do Seguro Social	1.311	1.226	6,9%
Instut Bras do Meio Ambiente	818	834	-2,0%
Demais Clientes	2.660	2.562	3,8%
Total	10.151	6.704	

24.2.6 – Imunidade Tributária

A empresa mantém R\$ 279,4 milhões registrados no passivo, referentes aos benefícios da imunidade tributária sobre os tributos ISS e PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre a receita bruta. O regime adotado para PIS-PASEP/COFINS é o cumulativo. Como a aplicação da imunidade incidiu sobre os clientes públicos e como é mantido no passivo o saldo dos clientes com maior representatividade (nota 19.1), o saldo total passivo se refere a partes relacionadas. Cumpre ressaltar que a Administração pretende realizar os valores por negociação específica com cada cliente, levando em consideração, sobretudo, os valores a receber junto a cada órgão, por meio de encontro de contas, haja vista os valores em aberto.

25. Outras notas explicativas

Nos termos do que define a Resolução CGPAR/ME nº 30 de agosto de 2022, o SERPRO apresenta em suas notas explicativas, para fins de transparência, as informações que se seguem.

25.1 Remunerações

Os valores pagos até o encerramento de 2025 a título de remuneração de empregados, diretores e conselheiros de administração e fiscal, assim como comitês, constam nos detalhamentos a seguir.

25.1.1 Valores pagos

Remuneração	Dez/2025
Empregados	1.823.601
Diretores	3.694
Conselho de Administração	290
Conselho Fiscal	173
Comitê de Auditoria	218
Soma Global	1.827.976

25.1.2 Remuneração média dos diretores, incluindo o Diretor-Presidente

A remuneração média dos diretores do SERPRO no trimestre, incluindo gratificações e benefícios, foi de R\$ 58.097,49. O valor computa, além das rubricas salariais, os valores com benefícios (alimentação, auxílio moradia, plano de saúde e previdência complementar). A maior remuneração no trimestre foi de R\$ 64.891,69 e a menor foi de R\$ 56.873,30,

também considerando vantagens e benefícios. O honorário fixo reajustado ao longo de 2025, sem gratificações e benefícios, é de R\$ 51.430,39 para o Diretor Presidente e de R\$ 45.258,75 para os demais diretores.

25.1.3 Remuneração dos conselheiros fiscais, de administração e dos membros do Comitê de Auditoria

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são um décimo da remuneração da média mensal dos membros da Diretoria Executiva, no total de R\$ 4.998,55/mês para cada Conselheiro. Os honorários dos membros do Comitê de Auditoria são no valor de R\$ 6.260,49/mês para cada membro.

25.1.4 Remuneração dos empregados

As remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, varia de R\$ 2.487,94 a R\$ 74.393,25. A média salarial para esses cargos é de R\$ 17.314,26. Esta amplitude na maior remuneração refere-se à incorporação de horas extras, gratificações e adicional por tempo de serviço. Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$7.708,74 e R\$68.327,74 e média de RR\$25.981,60. A média salarial de todos os empregados da empresa é de R\$18.466,75.

25.2 Empregados

Descrição	Dez/2025
Número de empregados	7.337
Quadro Interno	6.056
Quadro Externo	1.281

25.3 Benefícios

Descrição	Dez/2025
Assistência Médica	127.129
Assistência Odontológica	625
Auxílio Alimentação	95
Auxílio Creche	5.736
Auxílio Filhos Especiais	6.057
Previdência Complementar	153.289
Auxílio Transporte	37
Soma Global	292.968

26. Cobertura de seguros

em milhares de R\$					
Seguradora Contratada	Sompo Seguros S.A.	KOVR Seguradora SA	Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A	Generali Brasil Seguros	
Ativo	Responsabilidade Civil Profissional	Responsabilidade Civil D&O	Vida	Patrimonial	
Tipo de Cobertura	Serviço de cobertura de seguro de responsabilidade civil referente às atividades de certificação digital do SERPRO.	Responsabilidade civil na modalidade D&O (Directors and Officers), abrangendo sinistros reclamados durante o período de vigência da apólice.	Cobertura Securitária aos sinistros motivados por morte, acidente, invalidez permanente ou parcial para o grupo segurável de empregados do Serpro (630) e estagiários (20).	Cobertura contra incêndio, explosão, queda de raio, desmoronamento, danos elétricos e coberturas acessórias para os imóveis e conteúdos (equipamentos, mobiliário e materiais).	
Valor anual contrato	23	90	32	412	
Valor total assegurado	1.000	10.000	20/vida (morte ou invalidez); 4/estagiário (despesas médicas)	500.000	

27. Condições específicas do Serpro

Dadas as características especiais do SERPRO, sobretudo: (i) sua constituição por capital 100% público, tendo por acionista unicamente a União desde a sua criação (Lei nº 4.516 de 1º de dezembro de 1964), (ii) sua vocação prevista no Estatuto Social para atendimento às demandas tecnológicas, nos campos de sua atuação, de órgãos públicos, especialmente os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, e (iii) a construção de soluções digitais capazes de aproximar o cidadão do Estado, observável nos diversos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, percebe-se que a Empresa desenvolve atividades essenciais ao funcionamento do Estado, diferenciando-se, portanto, de outras organizações.

27.1 Contratações pelo poder público

O SERPRO possui dispositivos legais que contribuem para sua participação na construção de soluções tecnológicas para o poder público. A própria Lei nº 5.615 de 13 de outubro de 1970, que dispõe sobre o SERPRO, estabelece que:

Art. 2º É dispensada a licitação para a contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO pela União, por intermédio dos respectivos órgãos do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a prestação de serviços de tecnologia da informação considerados estratégicos, relacionados com as atividades de sua especialização.

(...)

§ 4º O disposto neste artigo não constitui óbice a que todos os órgãos e entidades da administração pública venham a contratar serviços com o Serpro, mediante prévia licitação ou contratação direta que observe as normas gerais de licitações e contratos.

(...)

Art. 2º-B. É o Serpro autorizado a aplicar a disponibilidade de sua capacidade técnica e operacional na execução de serviços que venham a ser contratados com outros órgãos e entidades, desde que garantida a disponibilidade de recursos necessários aos órgãos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 3º Os serviços prestados pelo SERPRO serão remunerados e objeto de convênio ou ajuste, independentemente de licitação.

Parágrafo único. Os convênios e ajustes firmados com o SERPRO não estão sujeitos a qualquer registro.

Além disso, o respaldo nas leis de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/21) faz com que o SERPRO seja contratado pelo setor público de forma dispensável, conforme os seguintes dispositivos:

Lei 8.666/93

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

(...)

XVI - para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico;

Lei 14.133/21

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

Assim, em atendimento ao disposto no Art. 8º, § 2º, II da Lei 13.303/2016, divulga-se abaixo o resultado consolidado das operações efetuadas a partir de contratos objeto de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, ou seja, relativas aos contratos firmados com o setor público.

	Geral	Setor Público
Receita operacional líquida	4.739.080	3.677.037
Custo dos serviços prestados	(2.424.083)	(2.185.890)
Lucro bruto	2.314.997	1.491.147
Despesas/Receitas operacionais	(1.700.064)	(1.533.014)
Despesas com vendas	(112.237)	(101.209)
Despesas gerais e administrativas	(1.586.812)	(1.430.890)
Ganhos/Perdas Líquidas	3.911	3.527
Outras despesas e receitas operacionais	(4.926)	(4.442)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	614.933	(41.867)
Resultado financeiro	242.893	177.986
Receitas financeiras	326.127	253.041
Despesas financeiras	(83.234)	(75.055)
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	857.826	136.119
Imposto de renda e contribuição social	(102.758)	(19.752)
Correntes	(116.745)	(19.244)
Diferidos	13.987	(508)
Lucro líquido do exercício	755.068	116.367

27.2 Imunidade Tributária

O Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Cível Originária nº 2.658, assegurou ao Serpro o direito à imunidade tributária prevista no art. 150, IV, a, da Constituição Federal, concluindo que a Empresa Pública preenche os requisitos necessários para gozar dos benefícios, não só com relação aos impostos federais, situação já prevista na citada lei federal, mas também com relação aos impostos estaduais (objeto da referida ACO). O expediente é aplicável somente

sobre o patrimônio, os bens e os serviços utilizados na prestação de serviços públicos, devendo o SERPRO tributar regularmente as atividades destinadas às empresas de direito privado.

A imunidade tributária aplicada ao Serpro gera um diferencial em relação às empresas do setor privado, que não gozam da característica.

Wilton Itaguara Gonçalves Mota
Diretor-Presidente
Diretor de Infraestrutura interino

Alexandre Brandão Henriques Maimoni
Diretor de Pessoas e Assuntos Jurídicos

André Picoli Agatte
Diretor de Novos Negócios e Inteligência de TI

Ariadne de Santa Teresa Lopes Fonseca
Diretora de Negócios Econômico-Fazendários

Ermes Ferreira Costa Neto
Diretor de Negócios Governamentais

Osmar Quirino da Silva
Diretor de Administração e Finanças

Vitor Patrocínio Sacramento
Contador – CRC MG-098786/O-3